



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO**

RENATA BATISTA DOS SANTOS SIMÕES

**A IMPLANTAÇÃO DAS PREFEITURAS-BAIRRO COMO UMA
REGIONALIZAÇÃO PARA A GESTÃO DE SALVADOR**

Salvador

2016

RENATA BATISTA DOS SANTOS SIMÕES

**A Implantação Das Prefeituras-Bairro Como Uma Regionalização
Para A Gestão De Salvador**

Monografia apresentada como
requisito final de avaliação para
concessão de grau em Bacharel
em Urbanismo
pela Universidade do Estado da
Bahia sobe a orientação da
professora Dra. Rosali Braga
Fernandes.

Salvador

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Bibliotecária : Ivonilda Brito Silva Peixoto – CRB: 5/626

Simões, Renata Batista dos Santos

A implantação das prefeituras-bairro como uma regionalização para a gestão de Salvador / Renata Batista dos Santos Simões. – Salvador, 2016.

69f.

Orientadora: Rosali Braga Fernandes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I, 2016

Contêm referências, apêndices e anexos.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

RENATA BATISTA DOS SANTOS SIMÕES

A Implantação das Prefeituras-Bairro como uma regionalização para a gestão de Salvador

Monografia para concessão de grau de Bacharel em Urbanismo.

Salvador, 27 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

Rosali Braga Fernandes _____

Doutora em Geografia Humana (Universidade de Barcelona)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Plínio Martins Falcão

Doutor em Geografia Física (USP)

Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Antônio Muniz Filho _____

Mestre em Geografia (UFBA)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus por ter me permitido chegar onde estou, pois se não fosse pela fé e pela força este trabalho não teria chegado ao fim. Em seguida venho agradecer de todo o meu coração a minha falecida avó Abigail por ter contribuído com a minha educação e acreditado que eu seria capaz. E a minha mãe Maria Celia por ter feito de mim a pessoa que eu sou hoje.

Quero agradecer também aos meus amigos (as) Sidney e Susana, por terem vivido comigo todo este momento que passamos juntos e terem feito do nosso convívio momentos inesquecíveis que ficará para sempre guardado em meu coração.

A minha orientadora venho agradecer de coração por ter aceitado de primeira a minha proposta de trabalho e ter dedicado um pouco do seu tempo e a forma carinhosa e atenciosa que sempre teve para comigo.

Aos componentes da banca examinadora Muniz e Plínio trago lhes o meu enorme agradecimento pela paciência e pelas dicas que foram dadas ao longo deste processo.

Trago duas pessoas que foram cruciais para a minha entrada na universidade uma delas é a coordenadora do projeto Universidade Para Todos Jandira por ter mim aceitado e agüentado durante todo o período que permaneci lá. E o meu amigo Fred por que se não fosse por ele em ter me ligado desesperado dizendo que eu tinha passado eu não estaria aqui neste momento fazendo todos estes agradecimentos.

Aos funcionários da universidade muito obrigada! desde as meninas da limpeza, que sempre foram tão gentis a Lia uma pessoa maravilhosa. A Edmilson em especial por sempre esta ali por perto quando nós mais precisamos dando atenção, tirando dúvidas e solucionando os problemas quando eles existem.

A todos os professores obrigada por estarem sempre dispostos a nos ensinar e fazer com que cada dia de aula fosse um momento encantador para o nosso aprendizado.

A professora Rita coordenadora do curso agradeço por ser quem é pela simplicidade, competência e atenção.

Não poderia esquecer de agradecer a Laíz Cunha minha colega de curso e supervisora de estágio pela paciência que teve durante o processo de elaboração do trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito fazer uma análise da implantação das Prefeituras-Bairros em Salvador utilizando-a como um modelo de regionalização para a gestão administrativa da cidade. Levanta quais são os objetivos do projeto, o que levou a prefeitura a mudar a sua configuração espacial e os serviços oferecidos por elas. Será feita uma contextualização a respeito do conceito de região. Realiza um apanhado histórico das delimitações territórios já sofreu por Salvador e traz informações a respeito do projeto de delimitação de bairros que Salvador passou na tentativa de fazer uma delimitação de bairros oficial para o município. É feito um comparativo entre a administração que tinha a cidade anteriormente, dada pelas Administrações Regionais e a gestão atual das Prefeituras-Bairros. Ao final são colocadas algumas propostas para a gestão do município.

Palavras-Chave: Gestão. Prefeituras-Bairros. Regionalização.

ABSTRACT

Asbtract

The present study has as its aim to make an analysis of the implementation of Neighborhoods Prefectures in Salvador by using it as a model of regionalization for the city management. It raises what are the objectives of the project, which led the city to change its spatial configuration and the services offered by them. A background regarding the concept of region. It performs a historical overview of the territory delimitations already occurred in Salvador and brings information about the boundary project neighborhoods that Salvador spent in an attempt to make a delimitation of official neighborhoods to the city. A comparison is made between the former administration, given by the Regional Administrations and the current management of Neighborhoods Prefectures. At the end are placed some proposals to the municipal management.

Keywords: Management- Neighbors Administrations - regionalization

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 Região e os Seus Conceitos	12
2.1 Conceitos Gerais.....	12
2.1 Origens e Contextos.....	13
3 Histórico das divisões territoriais de Salvador das origens aos dias atuais	23
3.1 As Regiões Administrativas sua criação.....	34
3.2 Análise do Projeto de divisão de bairros de Salvador.....	38
4 Prefeituras-Bairro: uma forma de administração municipal	46
4.1 O Projeto das Prefeituras-Bairro.....	46
4.2 Um comparativo das Administrações Regionais e das Prefeituras-Bairro.....	53
Conclusão	57
Referências	60
Apêndice A - Entrevista com Reinaldo Braga Filho Coordenador Geral das Prefeituras-Bairro	61
Anexo A – Balanço dos atendimentos feitos nas Prefeituras-Bairro implantadas	69

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se numa análise sobre a implantação das Prefeituras-Bairro na cidade do Salvador, fazendo um comparativo com a administração passada das Administrações Regionais (AR's) e do Serviço de Atendimento Integrado Regional (SIGA) que serviu como um instrumento de efetivação da administração regional de Salvador.

Gerir uma cidade é algo que envolve grande complexidade. Em casos como o da Cidade do Salvador que tem características peculiares e de forte segregação, isto ainda fica mais evidente. Desde 1986 a gestão da cidade era realizada através das Administrações Regionais, porém com o passar dos anos elas acabaram caindo em desuso e houve a necessidade de modificá-la. Foi então que criaram-se as Prefeituras-Bairro, como uma forma inovadora na regionalização de Salvador. Elas consistem num projeto para modificar o cenário da gestão da cidade, substituindo as antigas Administrações Regionais e dando uma nova dinâmica na gestão da mesma.

Aqui, também, será analisado se a gestão atual está atendendo aos objetivos do projeto. Será que continua a ideia da administração antiga? Houve, de fato, a mudança proposta? Na gestão atual quais serviços são oferecidos? Eles estão sendo atendidos?

Em termos de hipóteses acreditamos que houve mudanças estruturais e que os serviços de fato estão chegando aos cidadãos.

O objetivo deste trabalho consiste na descrição sobre o funcionamento da nova gestão do município de Salvador tendo como base a criação das Prefeituras-Bairro e os serviços que nelas são prestados. E verificar se a nova gestão está atendendo de fato os critérios que foram estabelecidos na criação do seu projeto e fazer uma análise em comparação com a administração das antigas Administrações Regionais (AR's) e o seu Serviço de Atendimento Integrado Regional (SIGA).

A importância da construção deste trabalho se dá pela necessidade de avaliar as transformações na forma da Prefeitura regionalizar e gerir a cidade de Salvador.

É imprescindível que a população tenha uma dimensão da situação a qual vive a cidade no momento, como ela anda e se a população tem sido atendida diante das transformações ocorridas, se estas transformações realmente condizem com a realidade.

Na construção deste trabalho o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, posto que as pesquisas realizadas partiram de uma análise geral dos temas abordados para uma questão particular no que diz respeito ao objeto de estudo.

O método de procedimento que mais se destaca é o histórico, em função das pesquisas na evolução das várias tentativas de divisão territorial da cidade no tempo. Também destacam-se os critérios estabelecidos para que uma determinada área fosse delimitada e quais eram as intenções na busca de se definir estas regionalizações.

Foram utilizados, para a construção deste trabalho pesquisas bibliográficas, documentos que tratavam do assunto do referido trabalho e uma entrevista concedida pelo Coordenador Geral das Prefeituras-Bairro.

A monografia está dividida em quatro capítulos.

Neste primeiro, se faz a introdução. Aqui estão especificados o tema, o objetivo, a problemática, as hipóteses e a metodologia.

No segundo capítulo é feita uma breve colocação sobre o entendimento da palavra região em distintos autores, de como ela surgiu e quais as suas principais peculiaridades.

No terceiro capítulo, após a conceituação geral do que vem a ser divisão territorial, discorre-se sobre o histórico das divisões territoriais pelas quais passou a cidade do Salvador.

No quarto capítulo é descrito o projeto das Prefeituras-Bairro: surgimento, distribuição espacial e aplicações.

Na conclusão percebe-se que as metas propostas foram alcançadas os questionamentos respondidos e sugestões foram feitas com o intuito de melhorar a gestão municipal da cidade.

2 REGIÃO E OS SEUS CONCEITOS

Antes de falarmos sobre o conceito de Região é necessário entender o significado da palavra, como ela surge e por que se torna tão importante para o mundo.

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regras etc. *Regione* nos termos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. (GOMES, 2000, p.50).

Com isso, percebe-se que o termo região, existe desde o Império Romano como uma forma de centralizar o poder hegemônico do período. E como pode se observar, perdura até os dias atuais na tentativa de instituir sobre uma dada região a autonomia soberana.

2.1 CONCEITOS GERAIS

São vários os conceitos sobre o termo Região e cada autor dá a sua contribuição para este assunto. Segundo Corrêa (2000, p.22) “o conceito de Região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes ente si”.

De acordo com Gomes (2000), no sentido simples da palavra, Região pode ser considerada também como uma unidade administrativa, onde em uma escala hierárquica ela está compatível com a divisão Regional estando esta a Escala Estadual ao que diz respeito à administração.

Na visão de Corrêa (1991) o conceito de Região remete a ações e controle das práticas política e econômica da sociedade de classes. Em que incide uma forma de controle utilizada unicamente pela classe dominante, o conceito também é usado para regionalizar áreas “sob uma administração político-administrativa e econômica” controladas por aqueles que o domina.

Segue a tentativa de estabelecer, diante de tantos conceitos, um que seja abrangente e possua uma linguagem adequada, na tentativa de compreender o que vem a ser região, como ela surge e porque é tão utilizada.

2.2 ORIGENS E CONTEXTOS

A origem do conceito de região está ligada à evolução do pensamento geográfico que teve início no final do século XIX, na Alemanha e na França, e devido a sua complexidade, a Inglaterra e os Estados Unidos também passam a se interessar pelo assunto. Com isso, para cada país surge uma forma de definição para conceituar o assunto.

Segundo Corrêa (1991) o pensamento geográfico possui correntes que são descritas como “pensamentos geográficos ou paradigmas da geografia” e que correspondem à maneira como alguns autores veem o conceito de região entrelaçados à própria evolução do pensamento geográfico: “o Determinismo Ambiental, o Possibilismo, a Nova Geografia e a Geografia Crítica”.

Na figura 2.1 está apresentada a sistematização dessas correntes do pensamento geográfico e os teóricos que as compõe demonstrando de forma simples como, quando e onde surgiram cada uma delas, tornando assim de fácil entendimento a complexidade que é o conceito de região, e trazendo a melhor definição para este assunto.

Figura 2.1: Sistematização de Algumas das principais Categorias Teóricas- Conceituais da Geografia

PARADIGMAS GEOGRAFICOS		LOCAIS DE ORIGEM	ÉPOCAS DO INICIO DA EXPANSÃO	AUTORES	REGIÃO
GEOGRAFIA TRADICIONAL	DETERMINISMO AMBIENTAL	Alemanha	A partir de 1870	Friedrich Ratzel	Região Natural
	POSSIBILISMO GEOGRAFICO	França	A partir do final do século XIX	Vidal de La Blache	Região Geográfica
NOVA GEOGRAFIA/GEOGRAFIA TEORICO-QUALITATIVA/ GEOGRAFIA PRAGMÁTICA		Suécia/ Inglaterra/ EUA	A partir de 1955	Berry/Haggett / Chorley/etc	Região enquanto classe de área
GEOGRAFIA CRITICA/ GEOGRAFIA RADICAL/ GEOGRAFIA MARXISTA/ GEOGRAFIA NOVA		Europa/America	A partir da década 1970	Lacoste/ Villeneuve/ Santos/ Oliveira/ etc	Região no contexto do desenvolvimento desigual e combinado

Fonte: Fernandes, 2003, de acordo com informações extraídas de bibliografia geográfica existente sobre os temas¹.

De acordo com os paradigmas definidos pela Geografia, entende-se que: “a Geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugar, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza”. (CORRÊA, 1991, p.8).

Por tanto cada um dos conceitos relacionados acima será, a partir de agora, descritos e de acordo com o que será exposto verificar qual deles melhor se enquadra no contexto do trabalho.

Contudo o Determinismo Ambiental será o primeiro contexto abordado na tentativa de explicar o que vem a ser região. Neste item, Corrêa (1991) começa a fazer um pequeno apanhado histórico da Geografia, expondo que ela começou a ser considerada como disciplina acadêmica em 1870. O autor descreve sobre a ligação da Geografia com outras disciplinas como a Filosofia, as Ciências da Natureza e da Matemática, e ao se referir a elas cita alguns autores como Varenus século XVII,

¹ Material apresentado em sala de aula por FERNANDES.

Kant XVIII, Humboldt e Ritter na metade do século XIX. Isso mostra como a Geografia tem papel importante no esclarecimento sobre região.

Segundo Corrêa (1991), o Determinismo Ambiental é considerado como o primeiro paradigma que caracterizou a Geografia que surgiu no final do século XIX e com ela, a transição do capitalismo e da fase do monopólio e do imperialismo.

Para entender melhor este determinismo o autor revela que:

as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das estações, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas climáticas mais propícias. (CORRÊA, 1991, p.9)

O Determinismo Ambiental é a principal corrente do pensamento geográfico e junto com ele surge também o conceito de Região Natural que:

é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma destas partes. (CORRÊA, 1991, p.23-24)

Ou seja, a Região Natural nada mais é do que um ecossistema com elementos que são integrados e interagentes.

Para Corrêa (1991), o conceito de região é embasado na ideia de que a combinação e a interação em área de elementos diversos são muito importantes, porém Koppen apresenta um mapa com os tipos climáticos, e neste mapa não estão expostos a combinação ou interação que dispõem “elementos homogêneos da natureza”. Ele estabelece a sua Região Climática através da temperatura e da precipitação demonstrando, assim, que as regiões naturais são mais complexas do que se parece. No entanto, Herbertson propôs a sua divisão regional com base no conceito de Região Natural.

O autor define a divisão regional de Herbertson da seguinte forma:

É uma divisão clássica, que ainda hoje exerce influência [...] com base no clima e no relevo, e considerando a vegetação, divide a superfície da Terra em 6 tipos e 15 subtipos, que não apresentam contiguidade espacial, e 57 regiões naturais, distintas dos primeiros por apresentarem esta contiguidade. Os 6 tipos são os seguintes: polar, temperada fria, temperada quente, tropical, montanhas subtropical, e terras baixas e úmidas equatoriais. (CORRÊA, 1991.p.24)

Na visão de Corrêa (1991), as Regiões Naturais possuem uma relação “homem/natureza” que seriam mais evidentes, com uma maior percepção em que a natureza exerce sobre o homem um papel importante. Já o clima faz o papel inverso, ele é quem atua na natureza como um elemento de relevância.

Em seus escritos, Corrêa (1991) declara que “o conceito de Região Natural foi introduzido no Brasil” através de influências Francesas por “Delgado de Carvalho no ano de 1913” e seguindo a linha do conceito mostrado anteriormente, Fábio Guimarães concorda com a exposição das Regiões Naturais que foram propostos primeiro por Carvalho. São estas “regiões naturais: norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste” e que depois foram subdivididas “em zonas fisiográficas” no qual são consideradas como elementos de origem humana.

Outro paradigma que constrói o conceito de região é o Possibilismo no qual “à semelhança do Determinismo Ambiental, a visão possibilista focaliza as relações entre o homem e o meio natural, mas não o faz considerando a natureza determinante do comportamento humano” (CORRÊA, 1991, p.11)

Isso dá a entender que as relações do homem com a natureza não são suficientes para estabelecer a noção de região, contudo, os conceitos de Região Natural e Geografia Regional são diferentes.

No entanto não é a Região Natural e a influência que ela exerce sobre os homens que dá o sentido de região, e sim uma Região Humana que do ponto de vista da Geografia Regional se faz o próprio objeto de estudo sendo considerada como Região Geográfica (CORRÊA, 1991)

Dessa maneira, o autor define o paradigma do Possibilismo da seguinte forma:

O Possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra. (CORRÊA, 1991, p.27-28)

Nesse sentido, entende-se que o homem evolui em seu pensamento e na sua relação com a natureza estabelecendo assim outros vínculos com ele mesmo e com o meio em que vive.

Para Corrêa (1991), as ideias que são empregadas no Possibilismo surgem na França, no final do século XIX, com Paul Vidal de La Blache e na Alemanha com Otto Schluter. Nos Estados Unidos, o seu representante foi Carl Sauer. Os seus pensamentos são os mesmos em relação ao entendimento do Determinismo Ambiental e no seu conceito de Região Natural.

Para Fernandes (1996), o homem assume o papel principal como agente geográfico numa breve relação com a natureza, assumindo um papel de fortalecedor das possibilidades, deixando, assim, para o homem a função de transformá-la. No entanto, “a região é concebida como Região Geográfica, a qual abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam harmoniosamente homem e natureza”. (FERNANDES, 1996, p.69).

Em alguns casos, o conceito de paisagem se confunde com o de região, porém, paisagem é algo único, ou seja, um fenômeno que ocorre uma única vez.

A Região Geográfica assim concebida é considerada uma entidade concreta, palpável, um dado com vida, supondo portanto uma evolução e um estágio de equilíbrio. Neste raciocínio, chegar-se-ia à conclusão de que a região poderia desaparecer. Sendo assim, o papel do geógrafo é o de reconhecê-la, descrevê-la e explicá-la, isto é, tornar claros os seus limites, seus elementos constituintes combinados entre si e os processos de sua formação e evolução. (CORRÊA, 1991, p.28-29)

O fato de cada região ser concreta e individual faz com que cada população e as suas regiões vizinhas lhes reconheçam por um nome próprio e que devido a isso, todos passam a reconhecer a região devido a uma vivência que é estabelecida.

De acordo com Corrêa (1991), a Região Geográfica que foi definida por La Blache e por seus seguidores possuem limites demarcados como, por exemplo, uma fronteira com base no clima, do solo ou da vegetação.

Já Fernandes (1996) descreve que a Geografia direciona os seus estudos para distinguir áreas com os resultados para determinar o Método Regional e paralelamente como um objeto da Geografia, formando, assim, a Geografia Regional. Esta distinção de áreas não se percebe “a partir da relação homem x natureza e sim da interação dos fenômenos heterogêneos em uma determinada porção da superfície terrestre.” (FERNANDES, 1996, p.70).

A Nova Geografia consiste em mais um dos paradigmas geográficos que tenta explicar o que é região. Ela possui a sua própria versão do que é região, sendo contrária a tudo exposto sobre os paradigmas do Determinismo Ambiental e do Possibilismo.

Neste novo contexto é mostrado como foi surgindo a ideia de uma Geografia espacial como diferenciação de área, no qual “a região, neste novo contexto, é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares.” (CORRÊA, 1991, p.32).

Analisando essa forma de definição de região, percebe-se que ela tem uma relação com estudos estatísticos e Fernandes (1996, p.72) refere-se às regiões como sendo: “definidas estatisticamente, não é atribuído a elas nenhuma base empírica prévia e por isso, são os propósitos de cada pesquisador que norteiam os critérios a serem selecionados para uma divisão regional.”

A partir daí começa a se pensar nas divisões regionais, porém dando uma atenção para as regiões simples ou complexas e também para as homogêneas ou funcionais na tentativa de exemplificá-las.

Fernandes (1996) e Corrêa (1991) descrevem de forma clara e simples cada uma destas regiões começando pela Região Simples que é uma divisão regional que estabelece um único critério ou variável podendo ser ele o nível da renda, o tipo de clima ou do solo. A Complexa é considerada como algo com muitos critérios ou variáveis, por exemplo, a divisão de um país em região econômica, a renda da população ou o índice de urbanização.

As outras duas, que são as Regiões Homogêneas e as Funcionais são descritas desta forma: elas não fazem parte do modo capitalista e por isso a primeira é analisada a partir de “unidade agregada de área, descrita pela invariabilidade [...] estática sem movimento no tempo e no espaço, sendo exemplos: densidade populacional, tipos de clima etc.” (FERNANDES, 1996, p.72). Entretanto, a segunda é “definida de acordo com o movimento das pessoas, mercadorias, informações, decisões e ideias sobre a superfície da Terra. Identifica-se assim região de tráfego, rodoviário, fluxo telefônico” (CORRÊA, 1991, p.53).

A Geografia Crítica, por sua vez, surge com ideologias que vão de encontro com os paradigmas da Geografia já descritos anteriormente. Ela nasce com um pensamento inverso ao que já tinham sido empregados como os pensamentos vidalianos e os da Nova Geografia. Na década de 1970 novos conceitos de região foram utilizados.

Alguns autores como (Lipietz, Villeneuve, Dulong, Chico de Oliveira) que trazem o conceito de região e o assunto regional para algo associado à articulação do modo de produção, conexões entre classes sociais e acumulação de capital, a relação do Estado com a sociedade local ou incluindo a questão da dimensão política como critérios para se definir região.

Duarte *apud* Corrêa (1991, p.41) levanta o conceito de região da seguinte forma: “Regiões são espaços em que existe uma sociedade que realmente dirige e organiza aquele espaço”.

No esforço de conceituar mais um paradigma da Geografia o autor aponta que na:

Tentativa de inserir o conceito de região dentro de um quadro teórico amplo, que permitia dar conta da diversidade da superfície da Terra sob a ação humana ao longo do tempo. Este quadro consiste na Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinada proposto por Trotsky. (CORRÊA, 1991, p.42).

Esta Lei que se destaca na busca pelo conceito de região tem relação com a regionalização através da diferenciação de áreas.

as desigualdades que aparecem caracteriza-se pelas combinação de aspectos distintos dos diversos momentos da história do homem assim, a paisagem é a expressão dos modos de vida de grupos distintos. [...] a regionalização se dá com mais rapidez e profundidade e, na medida em que a história do homem acontece marcada pela dinâmica da sociedade de classes e suas lutas, o processo de regionalização torna-se mais complexo. (FERNANDES, 1996, p.74)

No processo de regionalização capitalista, a estrutura que exemplifica uma diferenciação de área está vinculada à história do homem em que:

a divisão territorial de trabalho, o desenvolvimento dos meios de produção e a combinação das relações de produção distintas, a ação do Estado e a ideologia e a ampla articulação entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital. (FERNANDES, 1996, p.74)

É importante destacar que, o que delimita as regiões na Geografia Crítica baseia-se nas questões econômicas, sociais e políticas. Sendo assim o seu conceito não pode estar desvinculado das diferentes ações sociais e espaciais ligadas a uma ação de poder e dominação sobre uma área e a sua sociedade.

A busca pelo conceito de região está vinculada ao controle do território para práticas políticas e econômicas da sociedade de classes com intuito de ter sobre si o total controle. Fazendo isso com as divisões regionais, as classes dominantes obtêm assim o controle sobre o território, como o objetivo de conquistar um poder político-administrativo e econômico sobre ele.

A regionalização territorial nada, mais é do que a ação e o controle de uma área com intenção de reproduzir nela uma sociedade de classes com poder dominante.

A regionalização é vista por Corrêa (1991) da seguinte forma:

[...] conforme os interesses e os conflitos dominantes de cada época. São eles que, por outro lado, levam as unidades territoriais de ação e controle, as regiões, a serem organizadas de modo diferentes: de um lado, a partir de um governo de nível hierárquico inferior ao do núcleo de dominação; de outro, de um mais ou menos complexo sistema de planejamento especializado. [...] o Estado, surgido dentro do modo de produção dominante, é o agente da regionalização. (CORRÊA, 1991, p.48)

Isso demonstra que independente de qualquer característica que o conceito de região venha a ter, existe além de tudo, um interesse político-administrativo. No capitalismo, as regiões de planejamento fazem parte de uma unidade territorial que a classe dominante define como sendo uma área de recuperação e desenvolvimento.

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que a atuação do homem no meio em que vive é o que vai dar o conceito de região, seja ela com a natureza, com o clima, com as divisões de áreas, com as transformações socioeconômicas. Seja qual for o conceito de região empregado, o que fica claro é que o homem de uma maneira ou de outra está sempre atuando na tentativa de tornar mais cômodo as coisas que favoreçam a sua permanência no meio físico em que habita.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

FERNANDES, Rosali Braga. Região, Evolução do conceito e fenômenos de poder e dominação. **Cidade e Região**. Caderno de Ciências Humanas Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. n. 2 mai.1996 Feira de Santana. (p.67-77).

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.49-76. Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia>>Acesso em: 19 de fev.2016.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

3 HISTÓRICOS DAS DIVISÕES TERRITORIAIS DE SALVADOR DAS ORIGENS AOS DIAS ATUAIS

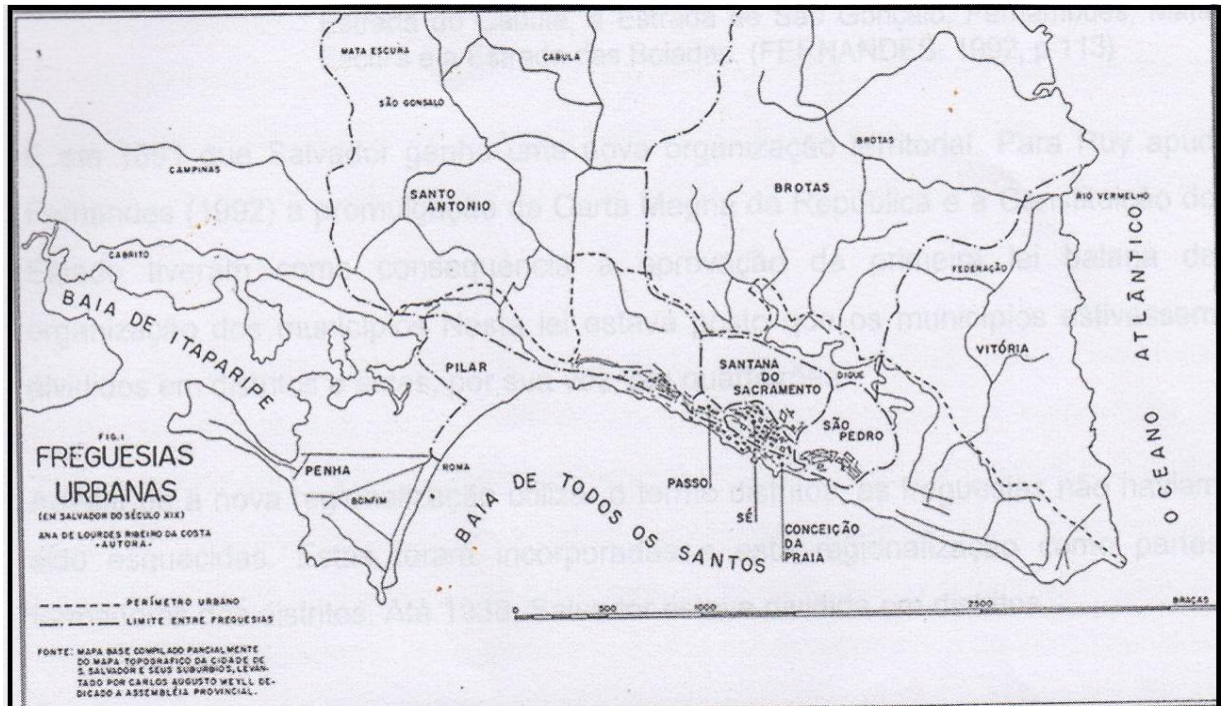
Antes de falarmos sobre a regionalização atual de Salvador, faremos um breve histórico a respeito dos diversos processos de divisão territorial que esta cidade já sofreu. Discorreremos a respeito destas diversas tentativas outrora sofridas.

De acordo com Fernandes (1992), o Processo de Divisão territorial sofrido por Salvador, teve início no ano da sua fundação, em 29 de março de 1549 estabelecido pela falha tectônica da cidade, dividindo-a em cidade alta e cidade baixa, primeira divisão territorial.

Ainda segundo Fernandes (1992), no século XVI foi feita outra delimitação para a cidade: foram instituídas as freguesias que duraram até o fim do Século XIX (ver Figura 3.1). A freguesia nada mais é do que uma delimitação territorial feita pelas igrejas. Cabia a cada uma delas a responsabilidade de alguns serviços de caráter social como batismo, lista eleitoral, casamentos, etc., porém como o passar do tempo no século XIX estas freguesias foram subdivididas em freguesias urbanas e rurais mudando assim mais uma vez a forma territorial.

Isso nos faz perceber a importância que a igreja tinha naquela época como uma representante da administração da cidade, pois a partir dela é que se organizavam determinados serviços de grande importância para a população.

Figura 3.1: Freguesias Urbanas



Fonte: FERNANDES, 1992, p.111.

Com o passar do tempo, as divisões territoriais da cidade de Salvador foram novamente modificadas, pois a cidade foi tomando outra forma e já não cabia mais ser dividida por freguesias. Sendo assim, pensou-se outra maneira de divisão territorial e a que se estabeleceu foi a dos distritos e subdistritos.

Com a Promulgação da Carta Magna da República e com a constituição do Estado, ficou estabelecido que o município de Salvador deveria ser dividido em distritos. Segundo Ruy, (*apud* FERNANDES, 1992, p.115) partindo deste ponto, foi então que em 1891 surgiu a lei baiana que promulgava a organização dos municípios e que os dividiam em distritos e estes se subdividiam em bairros.

Contudo a cidade passou por outras regionalizações, porém os limites continuaram os mesmos havendo somente a mudança de nomes, pois quando se observa as delimitações que foram feitas com base nas freguesias, percebe-se que elas continuaram as mesmas para a delimitação dos distritos, pois os limites eram os mesmos. O que demonstra bem essas delimitações é a (Figura 3.2), além disso, foram modificados apenas os nomes de alguns distritos.

Figura 3.2 O Termo da Capital: Seus Distritos Especiais para exercício dos Promotores Públicos-1892

F R E G U E S I A S	TERMO DA CAPITAL		
	DISTRICTOS ESPECIAIS		
	1°	2°	3°
	Sé S. Pedro Victoria Conceição da Praia	Sant' Anna Rua do Paço Santo Antonio Brotas Itapoan	Pilar Mares Penha Cotegipe Pirajá Paripe Passé Maré Matoim

Fonte: Acto de 15 de setembro de 1892 apud FERNANDES, 1992, p.117.

Observamos que a regionalização de Salvador nos tempos passados não foi uma tarefa fácil, pois mesmo depois de modificada ainda houve conflitos para regionalizá-la. E segundo Fernandes (1992, p.118) “[...] encontramos novamente referências legislativas que tratam das regionalizações de Salvador tanto designado distrito, como freguesias [...]”.

De acordo com Fernandes (1992) no ano de 1896 surgiram leis que estabeleciam os limites de alguns distritos como, por exemplo, a lei nº207 que limitou o distrito de São Pedro, logo depois a lei nº241 que era o distrito da Penha e em seguida a lei nº276 que delimitou o distrito de Santo Antônio. Em 1897 através da lei nº310 foi incorporado o distrito de Paz de Nazaré, e neste mesmo ano ouve-se falar novamente em freguesia. Em um determinado período entre os anos de 1898 a 1901 já não se ouvia mais falar em freguesia só se ouvia falar em distritos. Este termo freguesia acabou caindo em desuso, mas no ano seguinte 1902 ele torna a aparecer através da lei nº 560 referindo-se a freguesia de Santo Antônio. O que acaba não dando uma exatidão nas divisões regionais de Salvador são as várias leis que sempre estão remetendo a uma nova divisão já estabelecida. O que demonstra isso é que:

Em 1903 os instrumentos jurídicos voltam a tratar apenas em distritos, onde salientamos a resolução nº96 que divide o município da Capital em três circunscrições escolares e especifica que a terceira delas será constituída pelos distritos suburbanos (FERNANDES, 1992, p.118).

Porém, como o passar do tempo esses distritos foram divididos em subdistritos sendo composto por distritos urbanos e suburbanos.

Em 1920, através do Acto n127, o Gabinete da Intendência Municipal da cidade de Salvador aprovou, publicou e mandou cumprir o Código de Postura Municipal, segundo o qual a capital do Estado da Bahia compreenderia vinte distritos de paz (formados pelos limites dos respectivos distritos policiais), que eram agrupados em urbanos e suburbanos. (FERNANDES, 1992, p.119-120).

Este Código de Postura modifica a configuração da distribuição espacial dos distritos. Sendo que essa distribuição sofreu alterações não permanecendo a mesma em relação à da figura 3.2, no qual foi acrescentados dois distritos os de Nazareth e o de Aratu e eles ficaram divididos em Distritos de Paz urbanos e suburbanos somando-se assim os 20 distritos de paz como estabelecia o Código.

A Figura 3.3 demonstra como ficou a distribuição espacial em distritos urbanos e suburbanos.

Figura 3.3 Salvador: seus Distritos e as classificações dos Mesmo- 1920

DISTRICTOS DE PAZ DE SALVADOR	
URBANOS	SUBURBANOS
Sé	Pirajá
São Pedro	Paripe
Victoria	Aratú
Sant'anna	Cotegipe
Nazareth	Matoim
Rua do Paço	Passé
Santo Antonio	Maré
Brotas	Itapoã
Conceição da Praia	
Pilar	
Mares	
Penha	

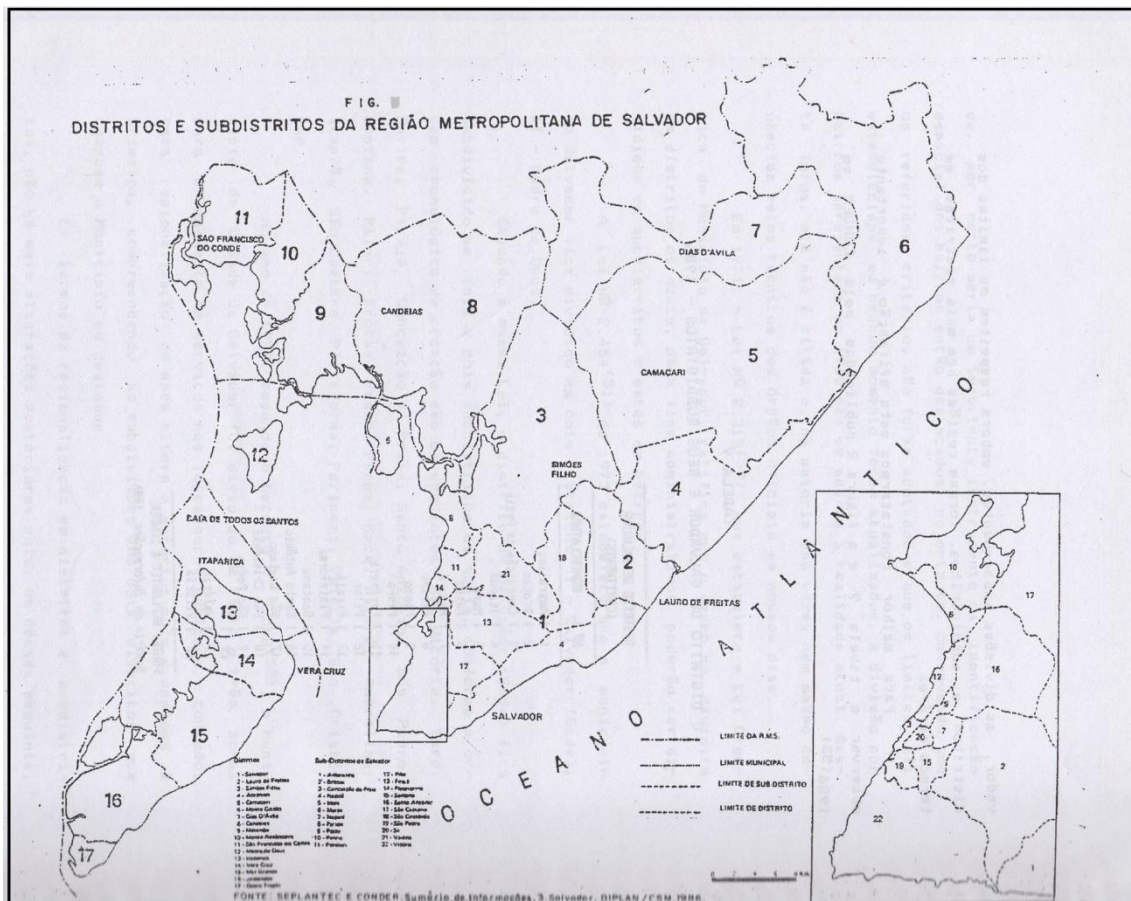
Fonte: Acto N.127, 5 de novembro de 1920 apud FERNANDES, 1992, p.120

De acordo com a autora, no ano de 1938 o prefeito da cidade de Salvador, tendo como base a "divisão administrativa e judiciária" que foi estabelecida pelo Governo Federal através do Decreto de número 311, de 2 de março do mesmo ano indica que para os Estados do Brasil, no ato de nº224 ficam estabelecidos que o município de Salvador tivesse a sua divisão territorial em doze zonas urbanas sendo eles os contidos na figura 3.3, e agregaria mais onze suburbanos (onde estes permanecem os mesmos distritos suburbanos incluindo-se mais os de Candeias, Periperi e Ipitanga).

Quando as divisões territoriais de Salvador vão tomando uma forma para fins administrativos municipais, em 12 de setembro de 1944 o prefeito estabeleceu através do Decreto nº333 que Salvador teria uma soma total de vinte e quatro subdistritos espalhados em três zonas, sendo elas as zonas urbanas, suburbanas e rurais.

Fernandes (1992) diz que em 1953 foi tomando como base a lei Estadual nº628 que fez com que o prefeito de Salvador criasse a lei nº502/1954 que tinha como objetivo dividir o município em cinco distritos, Salvador: sede; Ipitanga; Água Comprida; Nossa Senhora das Candeias; e Madre de Deus, como demonstra a figura 3.4.

Figura 3.4 Distritos e subdistritos da região metropolitana de Salvador



Fonte: Fernandes, 1992, p.129

Foi no ano de 1960, através da lei nº 1.038² de 15 de junho que Salvador tende para uma nova regionalização em que o prefeito da época faz algumas modificações da divisão territorial do município e estabelece que a cidade seria dividida em apenas quatro distritos, sendo que Candeias já não fazia mais parte de Salvador, porém, os distritos existentes continuariam subdivididos em zonas urbanas, suburbanas e rurais.

² Lei nº 1.038 de 15 de junho de 1960 que estabeleceu os 32 bairros e que fez alterações na regionalização anterior.

A partir daí, começa uma delimitação oficial de bairros para Salvador. Para (FERNANDES, 1992), no entanto, a divisão que se fez para chegar a estes bairros foi com base na delimitação dos subdistritos da zona urbana e que acabou gerando os 32 bairros pré-estabelecidos por esta divisão.

A questão que dificultou esta delimitação foi o fato de que os limites estabelecidos para a delimitação dos bairros não eram limites “concretos” e sim limites espaciais: “[...] que utilizavam como referência rios, pontes, medidas métricas, a partir de certo ponto, e até mesmo marcos como cerca etc.” (FERNANDES, 1992, p.124).

Na figura 3.5 está exposta a divisão territorial que deu origem aos 32 bairros de Salvador em 1960 e a autora explana (1992, p.127) que se essa divisão não fosse modificada com o tempo “seria um importante instrumento na identificação espacial dos bairros então destacados” e serviria para melhor gerir a cidade fazendo uma boa administração.

Figura 3.5 Bairros dos Distritos da Zona Urbana dos Distritos de Salvador-1960

SUBDISTRITO	BAIRROS
I- deAmaralina	1.Amaralina 2.Pituba 3.Rio Vermelho
II- de Brotas	4.Acupe 5.Cosme de Farias 6.Engenho Velho 7.Matatu
VI- dos Mares	8.Calçada 9.Uruguai
VII- Nazaré	10.Saúde
X- da penha	11.Bonfim 12.Itapagipe 13.Jardim Cruzeiro 14.Massaranduba 15.Monte Serrate
XV- de Santana	16- Tororó
XVI- de Santo Antônio	17.Barbalho 18.Cruz do Cosme 19.Liberdade 20.Pau Miudo 21.Quintas
XVII- de São Caetano	22.Fazenda Grande 23.Lobato 24.São Caetano 25.Tanque da Conceição
XVIII- de Santo Pedro	26.Barris
XX- da Vitória	27.Barra 28.Canela 29.Fazenda Garcia 30.Federação 31.Graça 32.Ondina

Fonte: Lei nº1.038, de 15 de Junho de 1960, *apud* FERNANDES, 1992, p.126.

Contudo que foi colocado pode-se observar que foram várias as tentativas de regionalização da cidade do Salvador, sendo que a última delimitação oficial de

bairros foi em 1960. E com o passar do tempo a cidade foi ganhando outras formas e no que diz respeito à administração a divisão de bairros não teve muito sucesso. Esta com o passar do tempo caiu em desuso e ao que diz respeito à organização da cidade não fez mais efeito, sendo necessário se pensar em outra maneira de distribuição do espaço para as questões administrativas.

A partir de então a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) passou a pensar a divisão do território em Regiões Administrativas (RA' s) que correspondem à jurisdição das Administrações Regionais, e a autora colabora com este pensamento quando expõem que desde a década de 1970 já havia se programado a formação das Administrações Regionais “pelo grupo de trabalho criado pelo prefeito Jorge Hage para fazer o plano de desenvolvimento urbano (PLANDURB) para Salvador” (FERNANDES, 1992, p.130).

Porém, com a aprovação da lei nº3.668 de 28 de novembro de 1986 e do decreto 7.791 de 16 de março de 1987 (FERNANDES, 1992) que foram regulamentadas e implantadas as dezessete Regiões Administrativas pela prefeitura e que definia quais seriam as áreas da sua implantação.

Estas Regiões Administrativas serviram como um modelo de administração municipal para a cidade, elas são divididas em Administrações Regionais e cada uma das dezessete exercia um poder administrativo com o intuito de descentralizar os serviços municipais antes concentrados na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

A primeira delimitação em Regiões Administrativas da PMS data de 1970 quando foi pensada a delimitação espacial da mesma e feita a regionalização da cidade em 17 (RA' s) como mostra a figura 3.6.

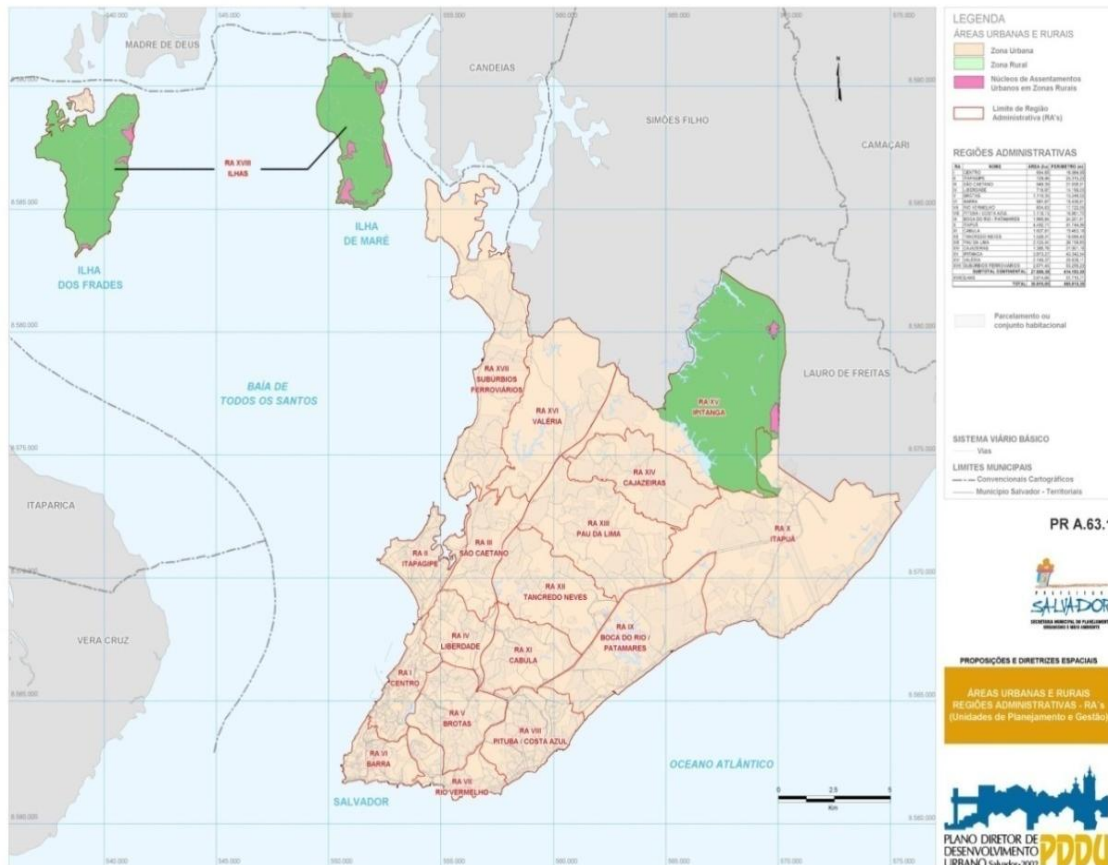
Figura 3.6 Divisão do território de Salvador em Regiões Administrativas



Fonte: CUNHA, 2012, p.51.

No entanto, no PDDU de Salvador de 2004 no art.111 que remete a modificação das (RA' s) e expõem que fica modificada a delimitação da RA, porém no PDDU de 2005 houve a incorporação da AR XV correspondente a Ipitanga estando ela relacionada com a Região Administrativa de mesmo número somando assim 18 (RA' s) como mostra a figura 3.7.

Figura 3.7 Proposições de Regiões Administrativas do Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano de Salvador(2004)



(IBGE) faz os seus estudos com bases nos setores censitários. A Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), para distribuir os seus serviços, utiliza-se da delimitação por zonas, estando elas distribuídas e totalizadas em vinte.

Devido a isso surgiu assim a necessidade de uma nova regionalização do território Soteropolitano para unificar a base e com isso todos trabalharem em uma única delimitação, por isso, está sendo feita atualmente a implantação das Prefeituras-Bairros como uma tentativa de resolver esta questão.

Por tanto, tudo que diz respeito tanto a criação das Regiões Administrativas e Administrações Regionais quanto das Prefeituras-Bairro serão descritos, mais adiante.

3.1 AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS SUA CRIAÇÃO

As Regiões Administrativas surgiram no Brasil como um instrumento descentralizado sendo instituídas pela Constituição Federal de 1988 no art.18 que diz “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1998).

Sendo assim, elas surgem como um modelo político-administrativo descentralizador, pois a partir dela surgirá uma forma de gestão dos serviços prestados pela prefeitura com a intenção de desvincular as atividades antes prestadas apenas na sede da prefeitura. É necessário explicar a diferença entre Regiões Administrativas e Administrações Regionais, de acordo com Cunha (2012), a primeira refere-se a uma delimitação territorial e a segunda está ligado ao órgão executor público, ligado ao gabinete do prefeito.

Segundo Cunha (2012), foi entre os anos de 1985 e 1986 que se pensou uma forma de descentralização municipal para a cidade, em que foi sancionada três leis que estabeleceram uma divisão político-administrativa para Salvador.

A primeira lei nº3.525/85 do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano (PDDU), segundo Ivo, (*apud* CUNHA, 2012, p.47) este plano foi fundamental para estabelecer

uma série de providências institucionais, através da criação de instrumentos imprescindíveis para o crescimento e o ordenamento da cidade.

De acordo com CUNHA (2012), a lei estabelece que a divisão do território urbano deve ser distribuída em subunidades espaciais e que se criem escritórios locais para um melhor planejamento e acolhimento direto às localidades, tornando assim mais racional a implantação do processo de planejamentos para as localidades envolvidas na instância micro espacial.

Para além desta lei, foi estabelecida outra que segundo Cunha (2012) foi sancionada pela lei de nº3.601 de 18 de fevereiro de 1986 que trata da estrutura das secretarias municipais. Formulando uma reestruturação administrativa, que levou ao processo de descentralização administrativa e estabelece a criação e extinção de órgão da administração.

No art.63 desta lei, no parágrafo 1º diz que está o prefeito autorizado a criar as Administrações Regionais estando elas relacionadas ao Gabinete do Prefeito de acordo com a quantidade das Unidades Espaciais de Planejamento ao qual está dividido o território municipal. Já no parágrafo 2º descreve quais são as finalidades das Administrações Regionais sendo elas: promover a descentralização na execução de obras e dos serviços de interesse local.

Ainda segundo Cunha (2012) no mesmo artigo no parágrafo seguinte diz que em cada área que as Administrações Regionais atuam terá que possuir um conselho comunitário e que este tem que funcionar articulado a mesma. E no parágrafo 4º informa que o prefeito tem que enviar um projeto de lei onde deve estar descrito quais são as competências, atribuições e composição dos conselhos.

De acordo com Cunha (2012), a terceira lei nº3.688 de 26 de novembro de 1986, é uma lei municipal que foi instituída na gestão do prefeito Mário Kertész. Esta lei permite entender o funcionamento da estrutura das Administrações Regionais e a sua finalidade está descrita no artigo 1º da lei 3.688:

“As Administrações Regionais, que têm por finalidade descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, de modo a garantir maior eficácia na prestação de serviços à população, reger-se-ão por esta Lei e pelas disposições da Lei nº 3.601/86” (SALVADOR, 1986 apud CUNHA 2010, p.49).

Conforme sistematização elaborada por Cunha (2012), mostraremos (figura 3.7) as competências das Administrações Regionais e quais são os serviços que elas prestam. Sendo que elas surgiram como uma forma descentralizadora da administração municipal e para a sua implantação seguiram alguns critérios que segundo Cunha (2012) estão descritos no artigo 3º da lei nº3.688/86 que são: estar em um local de fácil identificação para o público, ser de fácil acesso, estar localizado ao centro do limite territorial mais populoso e estão correspondentes as vias públicas. Porém não existe uma lei que determina a divisão territorial das Regiões Administrativas, há somente o decreto nº7.791/87 que dispõem sobre a sua espacialização.

As Administrações Regionais possuem as suas finalidades de acordo com a lei que a estabelece, na figura 3.8 estão descritas algumas destas finalidades com base na lei.

Figura 3.8 Finalidades das Administrações Regionais

TIPIFICAÇÃO	COMPETÊNCIA DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
CONTRIBUIÇÃO	Contribuir na formulação do Plano de Ação Municipal, propondo Programa Setoriais de sua competência e colaborando na elaboração de Programas gerais;
EXECUÇÃO	Executar obras e serviços de pequeno porte, até o valor limite estabelecido pela Carta Convite, na forma da legislação municipal que disciplina as licitações;
	Executar levantamentos de dados cadastrais, possibilitando maior conhecimento das peculiaridades de cada Região Administrativa, viabilizando a busca de soluções específicas;
	Executar as atividades que serão descentralizadas, a partir das decisões emanadas do Gabinete do Prefeito, bem como contribuir para a elaboração de programas e projetos que visem à desconcentração e a descentralização administrativa;

PROMOÇÃO	Promover a articulação com órgãos e entidades da administração pública e da iniciativa privada, visando ao cumprimento de suas atividades;
SUBSÍDIO	Subsidiar a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;
	Subsidiar e executar programas de esclarecimento ao público, facilitando a difusão de informações, para orientação ao cidadão, quanto a planos, programas, projetos, serviços, normas e procedimentos legais, obrigações tributárias, entre outras;
INTERMEDIÇÃO	Aproximar as políticas e ações municipais do cidadão usuário, promovendo o interrelacionamento entre a Prefeitura e cidadão;
	Agilizar a tramitação de expedientes de ordem interna, evitando deslocamentos desnecessários dos interessados;
FISCALIZAÇÃO	Fiscalizar ações e atividades de particulares, observada a legislação pertinente e no limite de competência que lhe for atribuída pelas Secretarias e demais entidades da Administração Municipal;
	Cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua jurisdição, as normas vigentes na administração municipal.
ACOMPANHAMENTO	Acompanhar as ações do Poder Municipal nas Regiões Administrativas;

Fonte: Baseada na Lei nº3.688 de 26 de novembro de 1986 apud CUNHA 2010.

Na lei nº6.586 de 2004, referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, em seu art.111 remete a uma modificação na delimitação das (RA' s) e expõe que fica modificada “a delimitação das Regiões administrativas em que se subdivide o território municipal” demonstrando assim que mais uma vez a estrutura territorial da cidade é transformada na tentativa de estabelecer um padrão para a administração pública da cidade.

Em 2005 com a lei nº6.897, o prefeito altera os dispositivos da lei nº3.688 de 28 de novembro de 1986, estando no art.3º da lei de 2005, dispõe sobre a criação da Administração Regional (AR) XV correspondente a Ipitanga que está relacionada com a Região Administrativa (RA) de mesmo número que foi estabelecida pelo art.111 da lei nº6.586 de 2004. Sendo acrescida assim, mais uma Região Administrativa, passando de dezessete para dezoito.

Quatro anos depois, o novo (PDDU) lei nº 7 400/2008 em seu art.324 esclarece que as Regiões Administrativas fazem parte da jurisdição das Administrações Regionais e que elas se configuram como “unidades espaciais” para fins de “planejamento e gestão” (SALVADOR, 2008) também reforça o que já tinha sido estabelecido no PDDU de 2005 com relação à criação de mais uma (RA) só reafirmando assim o que antes tinha se estabelecido. Um novo mapa foi montado com a distribuição espacial das Regiões Administrativas e se manteve a mesma configuração anterior.

Em 2012, uma nova divisão territorial foi estabelecida para fins de melhorar a administração, consistem na criação 10 Prefeituras-Bairro para descentralizar os serviços municipais. As Regiões Administrativas já os faziam, porém com esta gestão “inovadora” a população é melhor atendida. Mas este assunto será melhor detalhado no capítulo 4 deste trabalho.

3.2 ANÁLISE DO PROJETO DE DIVISÃO DE BAIROS DE SALVADOR

Segundo Souza (2010) além de se ter os cadastros técnicos e as plantas de valores, para se ter um bom planejamento e uma boa gestão é imprescindível utilizar-se de outro instrumento bastante necessário que nada mais é do que a divisão da cidade em bairros onde o mesmo é considerado a unidade de referência mais importante de uma cidade.

Em seus escritos Souza define o bairro como:

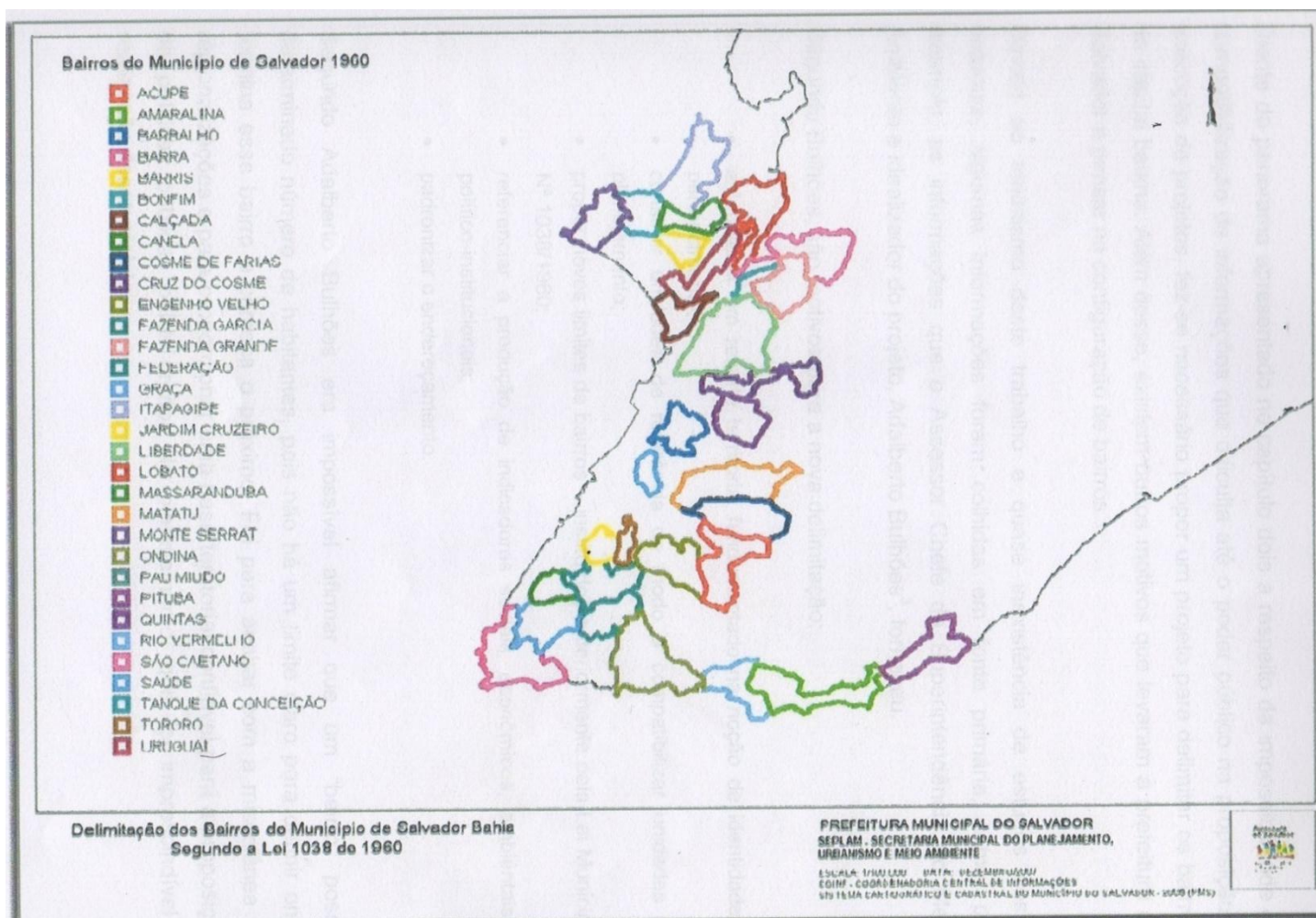
Um bairro não é socialmente produzido somente porque o seu substrato material (as ruas, as construções) representa natureza transformada pelo trabalho humano, mas porque cada bairro é, ao mesmo tempo e em última análise, um espaço dotado de significado, um espaço vivido e percebido; enfim, um “lugar”. (SOUZA, 2010, p.307)

Uma cidade, na tentativa de organização territorial, não vive Administrações Regionais ou Prefeitura-Bairro, ela vive o bairro. Se for indagado a uma pessoa onde ela mora, está dirá o bairro em que vive e não qual a Região Administrativa ou a Prefeitura-Bairro que ela faz parte. Tendo uma cidade a sua divisão em bairros oficializada, facilitará bastante a sua administração. Um bairro não é só um bairro,

ele é para o seu morador uma identidade onde todos criam um sentimento de pertencimento ao local.

Salvador, como se observa, teve a sua primeira divisão de bairros no ano de 1960 com a lei de nº1.038 do mesmo ano, como demonstra a figura 3.9, porém esta divisão não durou muito tempo e logo foi esquecida.

Figura: 3.9 Delimitações de Bairros de Salvador em 1960



Fonte: LIMA, 2010, p.40.

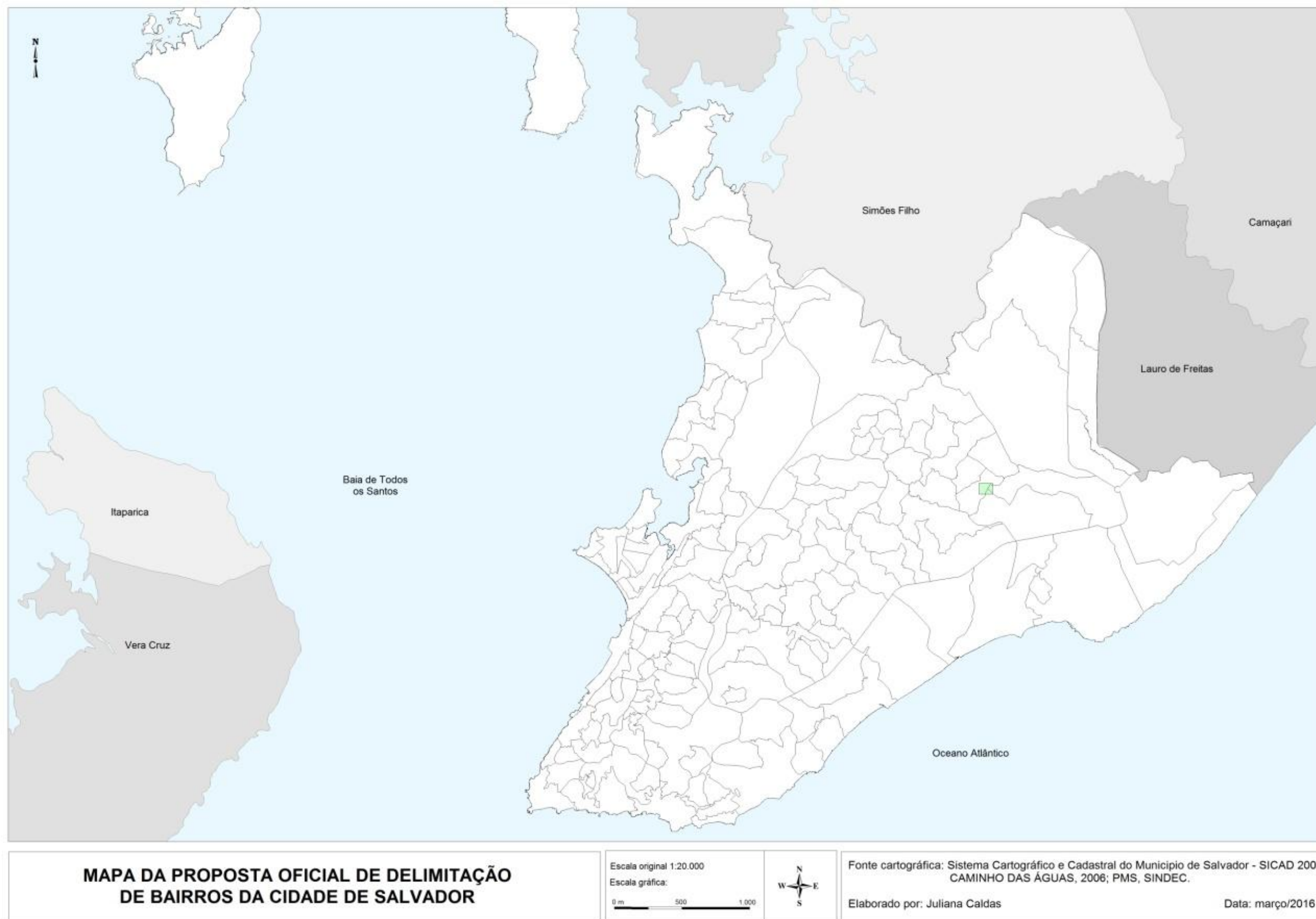
Como a delimitação de bairros não deu certo, outra forma de regionalização do espaço urbano foi utilizada. Porém surgiu a necessidade de ter uma delimitação oficial de bairros para a cidade de Salvador. Daí nasce um projeto de delimitação de bairro que segundo LIMA (2010) foi realizado com a parceria ente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER), a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), o Instituto do Meio Ambiente (IMA), Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGA), a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, a Superintendência de Meio Ambiente e Secretaria de Desenvolvimento Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM).

Ainda com base nos estudos que foram realizados pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS-EA/UFBA) que teve como produto final o livro Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes no ano de 2010. Foi com base neste livro que estes órgão e instituições citados acima conseguiram identificar os 160 bairros e as três ilhas. E na figura 3.10 mostra como ficou a distribuição destes bairros na cidade.

Segundo informações obtidas na prefeitura, para chegar à malha de bairros propostas hoje, com 160 bairros, a equipe que trabalhou no projeto obedeceu algumas etapas. Inicialmente foi realizada uma pesquisa para saber quais as delimitações existentes para a cidade, inclusive as possíveis malhas de bairros existentes. (LIMA, 2010, p.42).

Outros critérios que também foram analisados foi o reconhecimento da área que estava sendo estudado, o sentido de pertencimento da população em relação aquele espaço, um levantamento da história do local dentre outro. Tudo isso para identificar a delimitação de um possível bairro.

Figura: 3.10 Mapa da Proposta Oficial de Delimitação de Bairros da Cidade de Salvador



De acordo com Lima (2010) alguns cuidados foram tomados na realização deste trabalho como, por exemplo, foi levada em consideração a opinião dos moradores dos bairros em questão, foi realizado um levantamento histórico dos possíveis bairros além do reconhecimento da área, observou-se que poderia haver conflitos de pertencimento por parte de alguns moradores e para resolver esta questão pensou-se na aplicação de questionários para resolver esta situação.

Para um local ser configurado como bairro existe alguns critérios que são expostos por Lima (2010, p.44) como, por exemplo: “A sua dimensão histórica, as barreiras físicas naturais (hidrografia, topografia), barreiras impostas por intervenção (urbanização), eixo de logradouro, lote.”.

Já para que estas áreas sejam constituídas como bairro os critérios são:

Pertencimento da comunidade (critério norteados), existência de unidade escolar de ensino fundamental (a partir da 6º Série) pública, comunitária ou privada, existência de saúde (pública, comunitária ou privada) de atendimento geral ou especializado, existência de um logradouro hierarquizado como via coletora (ou equivalente em porte/capacidade de fluxo) ou superior, disponibilidade de transporte público seja por ônibus ou micro-ônibus, desde que regulamentado. (LIMA, 2010, p.44).

São grandes os conflitos que a cidade possui por não existir uma delimitação de bairros oficial, sendo que alguns órgãos e instituições têm certa dificuldade ao prestar determinados serviços à população. Isto se refere aos serviços de abastecimento de água, a entrega das correspondências e pesquisas para dados estatísticos em que cada uma dessas empresas e instituição possui a sua própria delimitação espacial da cidade de Salvador.

Diante do exposto, a comunidade Soteropolitana ainda aguarda a aprovação do projeto de lei³ que se obteve como produto final após o árduo trabalho do projeto de delimitação de bairros para a cidade de Salvador.

Entretanto, a Prefeitura Municipal de Salvador toma como base a divisão de bairros pré-estabelecida pelo estudo que foi realizado pelos órgãos e instituições acima

³ Projeto de lei que define a delimitação de bairros de Salvador que esta na Câmara Municipal para ser votado.

citado. Mesmo que ainda esta delimitação não seja oficial a prefeitura utilizou-se desta divisão territorial da cidade para fazer a distribuição das Prefeituras-Bairro que será tratada no capítulo 4 deste trabalho.

Referências

CUNHA, Laíz Silva da. **Regiões Administrativas e gestão da cidade de Salvador:** O caso da Região Administrativa V, Brotas. Monografia (Graduação)-Universidade do Estado da Bahia, Salvador: 2012.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização Sócio - espacial em Salvador:** análise do Cabula, uma área representativa. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992

LIMA, Jamile de Brito. **Os cabulas de Salvador:** Confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Monografia (Graduação)-Universidade do Estado da Bahia, Salvador:2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade:** Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbana 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

4 PREFEITURAS BAIRRO: UMA FORMA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

4.1 O PROJETO DAS PREFEITURAS-BAIRRO

De acordo com a necessidade de se realizar um estudo para entender este modelo de gestão que foi introduzido na cidade de Salvador e diante da dificuldade que se teve para coletar materiais e informações para a conclusão deste trabalho, foi que surgiu a ideia de fazer uma entrevista com o Coordenador Geral das Prefeituras-Bairro Reinado Braga Filho⁴, entrevista esta realizada em 11 de Março de 2016.

Para entender melhor o que levou a PMS a mudar a regionalização e administração da cidade que já era feita anteriormente pelas Administrações Regionais desde 1986, ano da sua criação, (como já dito no capítulo três deste trabalho) até a implantação das Prefeituras-Bairro, essa dúvida foi levada ao Coordenador das Prefeituras-Bairro e as suas colocações serão esclarecidas nos parágrafos a seguir.

Segundo Filho (2016,) antes da criação das Prefeituras-Bairro, a administração da cidade de Salvador era feita através das Administrações Regionais, que foi criada desde “a época de Mario Kertész⁵ e Lídice da Mata⁶ no qual eles idealizaram uma administração em que a cidade seria dividida em 18 regiões, sendo 17 regiões continentais e as ilhas, pensando assim facilitar a administração da cidade.

Mas com o passar do tempo este modelo administrativo foi perdendo força e já não era mais utilizado como no início, com isso foi necessário estabelecer outra forma de gerir a cidade, pois as Administrações Regionais não possuíam o destaque de antes, daí houve a necessidade de criar um novo modelo administrativo para cidade, então surgem as Prefeituras-Bairro.

O Projeto da Prefeitura-Bairro foi criado no ano de 2012 e instituído pelo art.13 da lei nº8.376 de 21 de Dezembro de 2012, ainda na gestão do Prefeito João Henrique que durou entre 2005-2012 com o objetivo de substituir as Administrações Regionais. Porém, só foi posta em prática na gestão 2012-2016, do atual Prefeito Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (ACM Neto).

⁴ Reinaldo Braga Filho coordenador da Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro. A entrevista esta disponível no Apêndice A.

⁵ Foi Prefeito de Salvador e o seu mandato foi de 1979-1981 e 1986 1989.

⁶ Também Prefeita de Salvador entre os anos de 1992 a 1996.

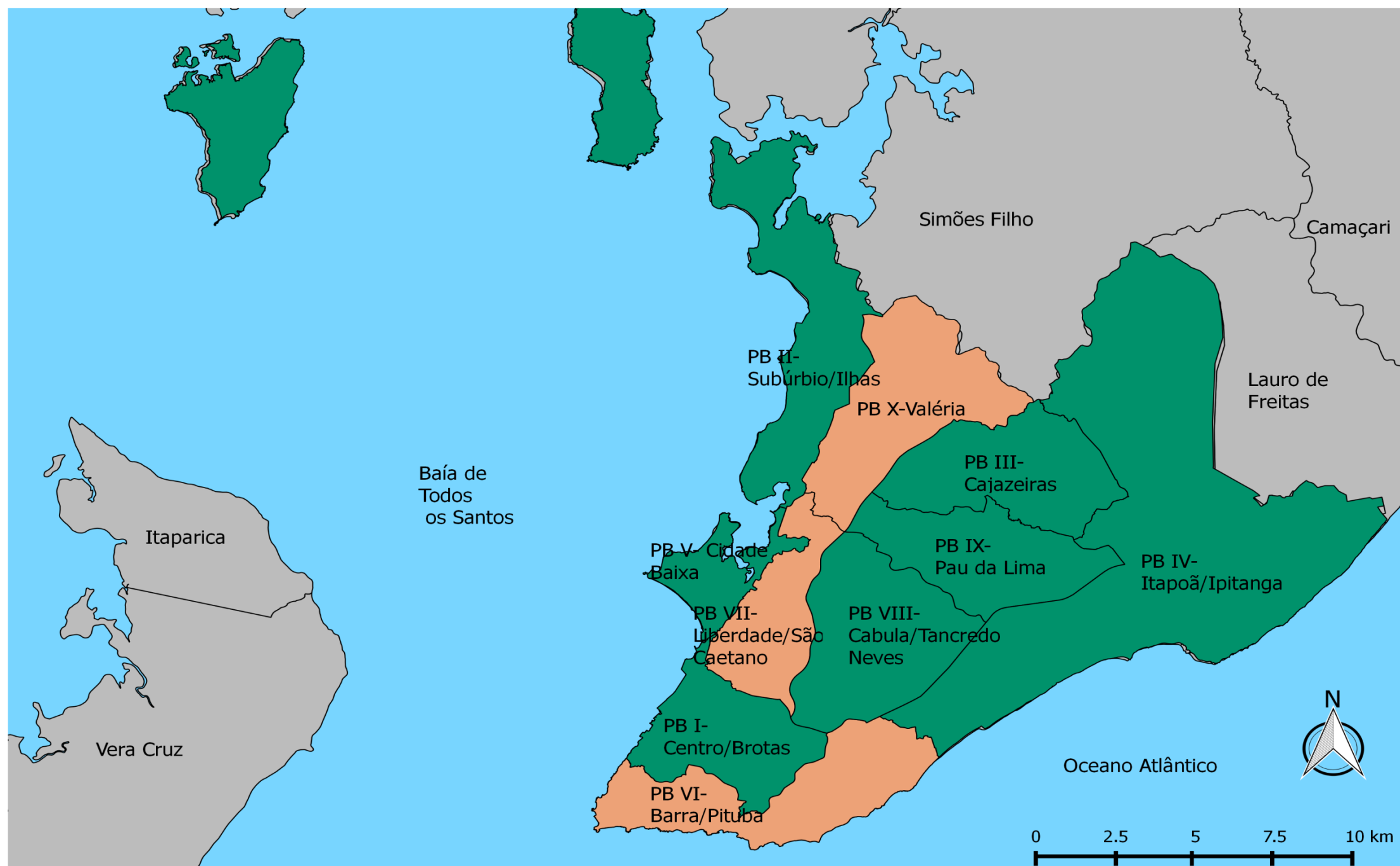
Ainda segundo Filho (2016), na campanha do prefeito ACM Neto, ele lançou o conceito de prefeitura de bairro com o pensamento de extinguir as (AR' s) e implantar as Prefeituras de Bairro com mais autonomia seguindo exemplos de outras capitais como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, e até de outro país. Porém, o conceito destas capitais é diferente do que o prefeito pensou para Salvador, sendo que estas cidades “tem uma independência maior, mas não prestam tantos serviços”, porém Salvador tem uma “independência menor, mas presta mais serviços à população”.

A cidade possuía anteriormente 18 (AR' s), mas com o pensamento de criação das (PB) o prefeito quis reduzi-las para 10 com o argumento de que com essas 10 ele poderá dar uma melhor infraestrutura como, por exemplo: carro, sede, funcionários, equipamentos, etc. O que se considera ideal para ter uma administração de qualidade e poder prestar serviços de boa qualidade a sociedade.

Então o que ocorreu Segundo Filho (2016), foi a extinção das Administrações Regionais e criação das Prefeituras-Bairro, com o apoio dos profissionais que faziam parte das (AR' s) e com a ajuda de uma equipe chamada G Pública que “é uma consultoria formada por ex- diretores do SAC” que ajudaram a idealizá-la. Seguindo a mesma linha do SAC com relação ao atendimento ao público, assim foi pensada a (PB) e seguindo também o modelo das Prefeituras-Bairro de Madri.

No projeto estão propostas dez unidades das Prefeituras-Bairro, porém, atualmente só estão em funcionamento sete unidades que foram construídas e inauguradas no ano de 2014 estando a primeira localizada no Centro inaugurada em 12/02/14, seguida de Itapuã em 22/03/14, Cajazeiras em 24/05/14, Cidade Baixa 07/06/14, Subúrbio 28/08/14, Cabula 19/12/14 e em 2015 foi inaugurada a de Pau da Lima 28/02/15 somando assim sete unidades em atendimento. Até o momento restam três a serem inauguradas, da Liberdade, Barra e Valéria com previsão de serem entregues até o final de abril de 2016. (FILHO, 2016). Como mostra a figura 4.

Figura: 4 Situação das Prefeituras Bairros



MAPA SITUAÇÃO DAS PREFEITURAS-BAIRROS

Fonte: Divisão Municipal do Estado da Bahia. IBGE 2011
 Base da Divisão de Bairros de Salvador: PMS 2010
 Elaboração: Renata Batista, 2016

Legenda

Prefeituras-Bairros
■ ATIVA
■ INATIVA

As Prefeituras-Bairro foram agrupadas e estão cada uma delas distribuídas entre as 18 Regiões Administrativas da cidade, com o propósito de oferecer à população melhores serviços. Serviços que antes eram prestados pela Prefeitura Municipal de Salvador, e que passaram a ser oferecidos por estas Prefeituras-Bairro com o intuito de descentralização dos serviços municipais e aproximação dos cidadãos com a administração pública.

Como já dito antes, as PB funcionam como um SAC e de acordo com Filho (2016), a pessoa chega a uma unidade das (PB), se dirigem à recepção, faz o cadastro e diz quais serviços deseja e aguarda o atendimento sentada, sendo chamada por senha eletrônica para o guichê, no qual a pessoa senta com o servidor da prefeitura e relata o problema enfrentado.

Não tão diferente das Administrações Regionais, as Prefeituras-Bairro oferecem serviços que são prestados por órgãos municipais à população como a Transalvador, Secretaria de Ordem Pública (SEMOP), Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM) e Secretaria de Saúde. Além desses serviços outras instituições também utilizam a sede das Prefeituras-Bairro para prestarem os seus serviços, como a Coelba, o Tribunal de Justiça (TJ-Ba), Previdência Social (INSS) e o Salvador Card. A Prefeitura pretende, em 2016, ampliar os serviços prestados.

Todas as Prefeituras-Bairro possuem os seus subprefeitos que são:

O subprefeito na verdade é um gerente e coordenador local esse é nomeado pelo prefeito normalmente são pessoas com nível superior ou com algum tipo de especialização mais que não devem ter nenhum vínculo político e afetivo com a região para não se envolver com as questões políticas do local. (FILHO, 2016, Apêndice A)

Segundo Filho (2016), uma vez por mês, o prefeito faz os seus serviços diretamente dentro de uma unidade das Prefeituras-Bairro, ele se desloca para lá com toda a sua equipe e presta todos os serviços necessários atendendo aos líderes comunitários, os conselheiros, os vereadores e passa todo o seu dia na região vistoriando, lançando e inaugurando obras na comunidade. Existe o contato direto com o Prefeito.

As Prefeituras-Bairro vêm a cada dia fortalecendo sua relação com os cidadãos. Além dos serviços prestados, elas servem também para levantar junto à Ouvidoria Geral do Município as demandas dos moradores das comunidades nas quais existe o Programa Fala Salvador, Ouvindo Nosso Bairro, Salvador Bairro a Bairro e o Gabinete da Prefeitura em Ação.

Estes canais servem para fortalecer a comunicação da população com a gestão em vigor. Tudo isso é com a intenção de facilitar a prestação dos serviços à população, evitando assim, que haja um deslocamento desnecessário dessas pessoas até o centro da cidade para buscar o serviço desejado. E cada unidade das Prefeituras-Bairro fica em um local estratégico para atender a população.

No início deste ano foi realizado um levantamento da quantidade de atendimentos que já foram feitos nas unidades das PB que estão instaladas até o momento. Esses atendimentos dizem respeito a ida das pessoas até as unidades das Prefeituras-Bairro em busca dos serviço que nelas são prestados. Estes dados podem ser vistos no anexo A.

Em 2014 fizemos 112 mil atendimentos. Em 2015 nós já fizemos 558 mil atendimentos. Esse ano de 2016 de janeiro e fevereiro agente já fez 172 mil atendimentos então agente pode chegar tranquilamente a um milhão de atendimentos com um detalhe agente tem o acumulado dos anos até fevereiro 844 mil atendimentos mais com um detalhe extremamente importante com 284 mil pessoas diferentes CPF. (FILHO, 2016, Apêndice A).

De acordo com os gestores aos poucos o objetivo da implantação das (PB) está sendo alcançado, pois as pessoas não precisam realizar grandes deslocamentos para conseguir os serviços desejados, pois eles estão sendo oferecidos bem próximos à população. Com isso, os “órgãos da prefeitura se concentram mais em realizar do que em atender ao público por que transfere o atendimento ao público para as (PB)”. Porém, se faz necessário saber se de fato estes serviços veem atendendo as necessidades impostas pela população, pois os problemas existentes são inúmeros e as soluções dadas quase não são percebidas.

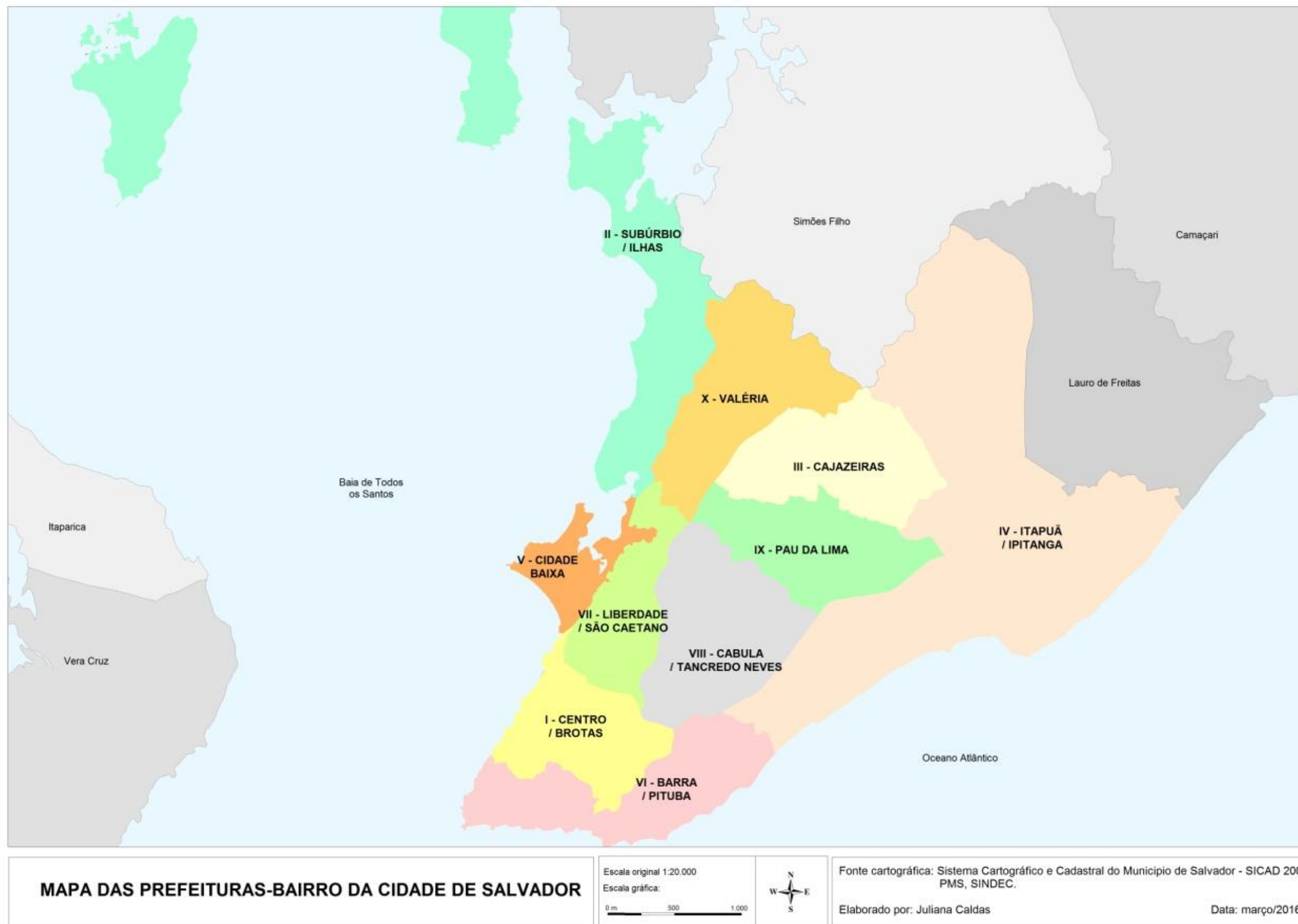
Mesmo não sendo divulgadas nas mídias, as Prefeituras-Bairro ganharam muita visibilidade e estão atuando fortemente na sociedade, o que preocupa os administradores. Eles se preocupam com a eficiência que os atendimentos estão tendo até o momento, por isso está sendo pensado um sistema de atendimento com hora marcada para não prejudicar o que foi conquistado até o momento.

Com a substituição das Regiões Administrativas e a criação das Prefeituras-Bairro, elas ficaram distribuídas da seguinte forma, como mostra a figura 4.1

. No entanto a quantidade de bairros que compõem algumas Prefeituras-Bairro como, por exemplo, a da Barra-Pituba e Itapuã-Ipitanga, fogem a realidade.

Sendo assim essas Prefeituras-Bairro não possuem condições necessárias de prestarem um atendimento de qualidade aos moradores que as integram, pelo simples fato que elas detêm um número considerável da sua população concentradas nessas prefeituras.

Figura 4.1: Distribuição das Prefeituras-Bairro



Sendo assim, a prefeitura de Salvador reduziu a delimitação espacial da cidade (no sentido de ter agrupado um maior número de bairro em uma determinada porção da área) que antes era de 18 (AR' s) para dez (PB) e muda totalmente a lógica espacial na tentativa de dar à população uma gestão mais próxima da realidade atual.

Essa mudança no número das Prefeituras-Bairro não traz para a sociedade uma eficiência na administração pública da cidade. Na realidade ela só aumenta a concentração da população em uma dada Prefeitura-Bairro na tentativa de melhor gerir a cidade, mas isso acaba não acontecendo como desejado, existindo assim algumas falhas nessa administração.

4.2 UM COMPARATIVO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS E DAS PREFEITURAS-BAIRRO

Analisar a diferença entre estes dois modelos administrativos da cidade de Salvador será uma tarefa árdua, pois cada um deles possui as suas peculiaridades. No caso das Administrações Regionais, estas sofreram várias modificações em sua estrutura ao longo da sua existência, enquanto que as Prefeituras-Bairro ainda estão no estado inicial, implantadas em 2014, por isso, sem modificações substanciais.

Um critério que é perceptível nas duas administrações é a questão da escolha da localidade, na qual se seguiu para a implantação das edificações das Prefeituras-Bairro. Quando se implantou as Administrações Regionais o critério de localização consistiu em áreas que deveriam ser de fácil acesso para o público, estar em ruas principais e próximas de pontos de ônibus.

A estrutura estabelecida para as Administrações Regionais possuía os Conselhos Regionais, nos quais o ocupante deste cargo era chamado de presidente e tinha o papel de fiscalizar obras e serviços nas imediações da sua região, solicitar parecer técnico, promover a participação da comunidade local, entre outros. Existiam, também, os Administradores Regionais que promoviam programas, controlavam as atividades da Administração Regional e faziam articulações das (AR' s) com instituições públicas além de avaliarem a qualidade dos serviços prestados na sua área de atuação, e também, o Gabinete do Administrador Geral.

Já no que diz respeito à estrutura organizacional das Prefeituras-Bairro, consiste somente na figura máxima do prefeito e da nomeação dos Subprefeitos que estão sediados em cada uma das unidades já em funcionamento e do Coordenador Geral, que faz a intermediação das atividades prestadas em cada unidade para o prefeito.

Diante das modificações feitas nas Administrações Regionais ao longo do tempo, como dito anteriormente, e de acordo com Cunha (2012), surgem assim duas novas estruturas de descentralização municipal. São elas: a Central de Planejamento e Acompanhamento das Ações de Descentralização Administrativa (CEPAD) e os Serviços Integrado de Atendimento Regional (SIGA' s), que foram criadas pela Lei nº7.601 de 2008. Contudo, a lei não descreve quais são as funções destes órgãos. No entanto, aquela que tem extrema relevância para a análise comparativa é a do Serviço Integrado de Atendimento Regional (SIGA' s), que em uma comparação genérica é a que tem mais assimilaridade com as Prefeituras-Bairro.

O Decreto Municipal Nº 20.683, de 25 de março de 2010, é a legislação que descreve as atribuições e funções deste órgão. Apesar disso, o (SIGA' s) corresponde as Regiões Administrativas não como delimitação territorial, mas sim como um órgão administrativo. Cunha (2012) relata que este órgão atua da seguinte forma: tem a função de receber as demandas da comunidade, verificá-las e enviá-las por meio de ofício aos órgãos responsáveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Desta forma, foi considerado um órgão de intermediação, sendo que, cada uma das dezoito RA possuía as suas (SIGA' s). A finalidade de cada uma era executar a política de descentralização administrativa do município com o objetivo de dar um melhor atendimento ao cidadão.

O papel das Prefeituras-Bairro, em comparação com o sistema dos (SIGA' s), tem quase o mesmo objetivo, contudo atuam de forma diferente. As Prefeituras-Bairro são mais diretas no desenvolvimento das suas atividades como troca de lâmpadas, conciliação entre vizinhos, recarga do cartão do Salvador Card, poda de árvores, marcação de exames, distribuição de medicamentos, 2º via do IPTU, tapa buraco, dentre outros. Elas possuem autonomia, oferecem serviços específicos, e a sua estrutura organizacional é mais simples, dispõe de uma popularidade que o sistema

do (SIGA' s), enquanto Administração Regional, não possuía. As suas edificações são bem apresentáveis, diferente das anteriores.

A quantidade de unidades de atendimento é algo que as diferenciam, pois nas Administrações Regionais eram 18 e as Prefeituras-Bairro são 10.

Entretanto, mesmo com toda uma estrutura inovadora do ponto de vista do atendimento dos serviços prestados pelas Prefeituras-Bairro, que ao ver da população é algo inovador, uma questão que não vai ser solucionada com estas modificações na estrutura administrativa é o caso da forma como é feita a administração da cidade, principalmente em relação a sua divisão regional que sofre com várias intervenções feitas ao longo do tempo na busca de melhor gerir a cidade.

As várias regionalizações que já foram e as que estão sendo feitas em Salvador, não dão de fato atenção para melhorar a cidade, elas só servem como paliativos na administração da cidade. Ganhando assim tempo para que a próxima gestão entre e faça novamente as suas modificações, esquecendo novamente de quem realmente será beneficiado com as ações implantadas.

Sendo assim, percebe-se que nem as Administrações Regionais, nem as Prefeituras-Bairro surtem o efeito desejado na gestão de Salvador, elas continuam com a mesma lógica de sempre, sem atender de fato aos problemas enfrentados pela cidade.

Referências

CUNHA, Laíz Silva da. **Regiões Administrativas e gestão da cidade de Salvador:** O caso da Região Administrativa V, Brotas. Monografia (Graduação)-Universidade do Estado da Bahia, Salvador: 2012.

FILHO, Reinaldo Braga. Entrevista concedida a Renata Batista dos Santos Simões. Salvador, 11 mar.2016. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A .

Conclusão

Diante do exposto é possível afirmar que as metas estabelecidas foram devidamente cumpridas.

A revisão no conceito de região foi realizada como base teórica do trabalho. Isto foi necessário porque dito conceito é fundamental no esforço de definir a organização do espaço.

Sendo assim, no intuito de demonstrar o processo de divisão territorial da cidade de Salvador desde o processo das falhas tectônicas, das freguesias, dos distritos e subdistritos e das Regiões Administrativas o trabalho traz que a cidade sofreu varias tentativas de divisão regional como mostrado anteriormente.

Compreende-se que a criação das Administrações Regionais foi instituída por Lei como um modelo para a administração da cidade, porém sofreu algumas modificações com o tempo e deixou de ser um instrumento da gestão da cidade, passando esse poder administrativo para as Prefeituras-Bairro que substituiu a antiga administração.

Foi, de fato, feita a análise sobre a implantação do projeto das Prefeituras-Bairro, a mais recente divisão da Prefeitura para a cidade de Salvador, seus objetivos e os serviços prestados.

Sendo assim, a gestão administrativa de algumas cidades passa por inúmeras transformações, em alguns casos as transformações ocorridas nestas cidades são necessárias para o seu crescimento. Um exemplo disso foi o que aconteceu em Salvador, houve uma transição de um modelo administrativo que estava sendo utilizado desde 1986, para um modelo dito inovador com o objetivo de torná-lo um exemplo de gestão municipal.

A atitude que foi tomada ao se reinventar a gestão da cidade de Salvador trouxe para a população um instrumento que, para algumas pessoas, até o momento está dando resultados. Com isso, então, a cidade passa a tomar outros rumos e a gestão ganha uma nova identidade.

Segundo a entrevista com o coordenador do Projeto Prefeitura-Bairro e os dados por ele fornecidos, as unidades já instaladas e em funcionamento do referido Projeto estão atingindo os objetivos propostos.

Concluindo, e comparando o modelo anterior (Administração Regional) e o atual (Prefeitura-Bairro) é possível afirmar que no primeiro, que se concretizava pelo Serviço Integrado de Atendimento Regional, a ação era indireta. Os serviços eram no âmbito do planejamento, pois nas descrições dos serviços prestados não existe nada que diga respeito a um contato direto dos serviços desejados pela população e dos serviços prestados por eles.

Já nas Prefeituras-Bairro a administração se propõe a ser direta. Nas descrições dos objetivos e dos serviços que são prestados por elas é possível perceber que há o contato direto (as pessoas se dirigem às unidades e fazem as suas solicitações) da população com os serviços desejados.

Outro ponto também observado é que nem todas as unidades foram instaladas e inauguradas ao mesmo tempo, elas foram implantadas aos poucos e existem unidades que ainda não estão em funcionamento.

Diante do exposto, algumas propostas serão colocadas com o intuito de implantar em Salvador uma gestão de qualidade e que de fato atenda as necessidades da população soteropolitana, pois o compromisso de um gestor público é realizar uma boa administração municipal que atenda a toda população.

As questões que são colocadas para a melhoria na gestão dizem respeito à legalização da Lei de Delimitação de Bairros para a cidade de Salvador, que facilitará a distribuição de serviços essenciais à população.

A falta dessa base de bairros oficializada dificulta o trabalho de algumas empresas e órgão vinculados a administração pública da cidade, no qual para a realização das suas atividades cada órgão precisa criar as suas próprias bases, causando assim irregularidades na gestão.

A redistribuição das Prefeituras-Bairro também seria uma solução adequada para a administração municipal. A oferta dos serviços disponíveis em cada unidade poderia ser maior e mais específica em relação aos problemas da cidade como implantação

de creches, segurança pública, saneamento básico, mobilidade, transporte dentre outros.

A criação das Prefeituras-Bairro sofreu um deslize em relação a sua distribuição espacial e o número populacional que compõem cada uma das unidades. Observou-se que em algumas delas existe uma grande concentração populacional, e com isso são levantadas algumas questões com relação á sua eficiência nos atendimentos e serviços prestados em cada uma das unidades implantada.

Do ponto de vista geral esse novo modelo de regionalização da gestão de Salvador não contempla de fato as necessidades da população. No qual ele serve apenas para fingir que está sendo feito algo para a sociedade, mas que na verdade as suas necessidades imediatas não estão sendo atendidas e nem levadas em consideração.

A população precisa estar envolvida com as transformações sofridas pela cidade e saber o que acontece com ela no seu dia-a-dia, para expor a sua opinião, na tentativa de buscar o melhor para si e para a sua comunidade.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Laíz Silva da. **Regiões Administrativas e gestão da cidade de Salvador: O caso da Região Administrativa V, Brotas**. Monografia (Graduação)-Universidade do Estado da Bahia, Salvador: 2012.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização Sócio - espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992.

_____. Região, Evolução do conceito e fenômenos de poder e dominação. **Cidade e Região**. Caderno de Ciências Humanas Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. n. 2 mai.1996 Feira de Santana. (p.67-77)

FILHO, Reinaldo Braga. Entrevista concedida a Renata Batista dos Santos Simões. Salvador, 11 mar.2016. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A .

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.49-76. Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia>> Acesso em: 19 de fev.2016.

LIMA, Jamile de Brito. **Os cabulas de Salvador: Confrontando as delimitações de 1992 e de 2010**. Monografia (Graduação)-Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

Prefeitura Municipal de Salvador. Lei nº 7.400/2008. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU e dá outras providências. Salvador, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbana** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Apêndice A - Entrevista com Reinaldo Braga Filho Coordenador Geral das Prefeituras-Bairro

Entrevista com Reinaldo Braga Filho – Coordenador Geral das Prefeituras-Bairro**Local: Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro****Data: 11 de Março de 2016**

Antigamente existia AR (Administração Regional) que eram administrações regionais, desde a época de Mário Kertész, Lídice da Mata. Foi que eles idealizaram na época dividir a cidade em 18 regiões, 17 regiões continentais e uma a ilha pra facilitar a administração da cidade.

Bom, ao longo do tempo as AR, elas foram descaracterizadas, elas começaram a virar cabide de emprego político e não tinha estrutura pra cuidar da cidade, então na campanha do prefeito ACM Neto ele lançou este conceito de prefeitura de bairro, falou muito de extinguir as AR e criar as prefeituras com mais autonomia. Se você for observar Belo Horizonte já tem; Rio de Janeiro já tem; São Paulo já tem, no conceito um pouco diferente, lá eles têm uma independência maior, mas não prestam tantos serviços. Nós aqui temos uma independência menor, mas prestamos mais serviços a população.

Então o prefeito colocou muito isso na campanha dele, falou muito isso na campanha dele e a ideia foi tomando corpo. Quando nós ganhamos as eleições ele me convidou para participar da transição e me deu a missão de criar as prefeituras bairros, ele disse “olhe eu não quero 18 eu quero 10 por que 10? Porque 10 é um numero razoável e que eu posso dá infraestrutura. Talvez 10 não seja o numero ideal, talvez o número ideal seja 12,15 seja até 20 mas nesse momento eu só tenho condições de dá estrutura pra 10”. O que é estrutura? Dar carro, dar uma sede grande, colocar funcionários, equipar, ter combustível, ter asfalto pra tapar buraco, que as AR não tinham nada.

Só pra você ter uma ideia, eu visitei as AR no período de transição, a maioria fechada, muitas delas com 2,3 funcionários só. Eu vou lhe dar um exemplo: uma que funcionava era do Subúrbio chegava lá quatro funcionário sentados não atendiam praticamente nada, não tinha recursos, sem computador funcionando, sem carro, sem telefone, sem estrutura nenhuma.

Então o que foi que agente fez? Extinguiram todas e criou as 10 Prefeituras-Bairro, contamos com a colaboração de uma equipe que já trabalhava nas AR e por tanto conhecia e, contamos com uma equipe chamada G Pública.

Essa G Pública ela é uma consultoria formada por ex-diretores do SAC, então como eles ajudaram a idealizar o SAC, eu disse, vamos chamar esse pessoal para nos ajudar, ir pelos atalhos e não quebrar a cabeça. Bom, ela nós ajudou muito no início, a G Pública, porque ela nos ajudou a identificar os locais da cidade e nos ajudou muito a ter o now hall de atendimento ao público, você chega hoje no SAC não tem fila é um atendimento rápido tudo funciona.

O prefeito queria este modelo aqui, além disso, o prefeito foi a Madri conhecer Linha Madri, que é a prefeitura bairro de lá, voltou com todo material e disse: “eu quero algo desse tipo”. Na época eu até acertei tudo pra ir a São Paulo, Belo Horizonte, Rio (Rio de Janeiro) conhecer o modelo deles, mas na época o prefeito disse “não, eu não quero que você se contamine com o que viste lá até por que existe muitas denúncia de corrupção, de problemas nesses outro”. Ele disse que queria algo novo aqui, nossa inspiração é o SAC que deu certo, presta bom serviço a população aí nos começamos.

O prefeito disse “olha eu quero começar por Cajazeiras, Subúrbio e Centro”, nós fomos em cada um desses locais com a G Pública e escolhemos avenidas principais no centro das regiões, onde tivesse perto de ponto de ônibus e, onde tivesse imóvel grandes. Cada prefeitura bairro tem imóveis de 600, 700 até 800m² onde trabalham de 30 a 40 funcionários, é muita gente trabalhando, se você imaginar 10 Prefeituras-Bairro eu estou falando mais de 300 pessoas. Nós não contratamos essas pessoas, a maioria dessas pessoas são efetivas, estavam em outros órgãos e o prefeito puxou e colocou aqui.

Então a prefeitura bairro funciona como um SAC, a pessoa entra, vai à recepção, se cadastra e diz – eu quero tal serviço – ela senta e é chamada por senha eletrônica pra o guichê, senha tal guichê tal, a pessoa vai senta com o servidor da prefeitura e diz qual é o problema.

O que é que agente atende? Tudo! Atende. Tem mais de 500 serviços nas Prefeituras-Bairro então nós temos SUCOM, SEFAZ, nós temos educação, nós temos saúde, marcação de exames, distribuição de medicamento, cartão do SUS, 2ª via de IPTU, Minha Casa Minha Vida, nós temos parceiros que não são da prefeitura, mas estão incorporados, junta militar (alistamento), não precisa mais o jovem ir de madrugada para Amaralina, pode ir numa Prefeitura-Bairro. Coelba,

INSS, tribunal de justiça, uma briga de vizinhos não precisa procurar a justiça na (PB) tem um conciliador, tem advogado, CODECON, LIMPURB, então, uma série de servidor, cada um de um órgão ou em sala ou em guichê.

Por exemplo, se for uma questão briga de vizinho, aí não vai discutir no guichê tem a sala de conciliação um local mais reservado, uma farmácia precisa de uma sala, mas se for, eu vim aqui tirar 2ª via de conta da Coelba no guichê ali na hora resolve. Tem o Salvador Card, que estudante antigamente tinha que ir à lapa, no Iguatemi, no comercio, hoje chega em qualquer (PB) tá lá uma máquina auto-atendimento.

Então são muitos os serviços. Bom, tudo isso inspirado no SAC, mas o prefeito foi além da idéia. Ele não queria só descentralizar os serviços, ele queria que as (PB) atendessem as lideranças, atendessem o cidadão e ajudassem na manutenção da via pública, então, por exemplo, uma lâmpada queimou você poder reclamar e a lâmpada pode ser trocada no outro dia, minha rua tá com um buraco. Isso ninguém faz no SAC, você não chega no SAC e diz “olha o HGE não esta funcionando não”, mas na (PB) você faz.

Você chega e diz “o posto de saúde tal está com problemas”, então o que, que acontece além dos serviços, agente ajuda na manutenção da cidade. Então a (PB) ajuda com uma equipe de tapa buraco, de poda de árvore e de roçagem. Por um sistema nosso, agente manda trocar a lâmpada, então, é um sistema chamado ‘Fala Salvador’, é um sistema interligado entre a prefeitura, os órgãos e a ouvidoria. Tanto faz você ir na (PB) como ligar para 156, você vai ganhar um protocolo do mesmo jeito do serviço a ser realizado.

Porque é importante ir na (PB)? Porque as vezes você já ligou uma ou duas vezes para o 156 e, não resolveu, aí, você já quer fazer uma reclamação, quer conversar com alguém tá lá, o subprefeito pega e prioriza então as (PB). Se você visitar qualquer uma vai ver que normalmente ela tem o térreo que é de atendimento ao público e tem o primeiro andar que normalmente tem um auditório que é pra um atendimento comunitário e pra resolver questões de manutenção da via pública coisa que o SAC não faz, como eu disse poda de árvore esse tipo de coisa reclamação.

A gente quer ter uma reunião aqui com o Governo do Estado por quê? Por que a segurança tá ruim, agente intermédia o comando da região, vai faz a reunião, então essa parte os subprefeitos também fazem. A maioria dos servidores já são efetivos, mas o subprefeito, na verdade, é um gerente e um coordenador local, esse é nomeado pelo prefeito, normalmente pessoas com nível superior com algum tipo de especialização, mas que não tem o vínculo político e afetivo com a região para não se envolver com as questões. Então o cara que é do Subúrbio ele não mora no Subúrbio, o cara de cajazeiras ele não mora em cajazeira pra poder ouvir todos e tomar as decisões sem balismos, sem emoção além disso o prefeito sempre costuma dizer que as (PB) são uma extensão do gabinete dele são os olhos e os ouvidos dele, quer dizer agente não fala por ele quer dizer agente escuta, agente ouve, agente presencia e encaminha as coisas pro gabinete do prefeito.

Como é que eu funciona aqui? Coordenando as 10 PB então eles estão lá trabalhando no dia-a-dia se reportão á mim mandão tudo pra mim e eu despacho para o prefeito então a cada 15, 30 dias eu tenho minha pasta de despacho levo pro prefeito com todos os problemas de cada unidade. Uma vez por mês o prefeito despacha dentro de uma unidade então ele transfere oficialmente o gabinete do prefeito para uma (PB), ele vai com a secretaria dele com o motorista com a equipe dele e atende dentro da PB.

Atende as lideranças, atende os conselheiros comunitários, atende ali vereador e passa o dia na região vistoriando obras, lançando obras e inaugurando obras então é muito interessante que agente senta no auditório convida os conselheiros, comunitários. Que os conselheiros comunitários são eleitos numa eleição que as (PB) faz vai ter até sábado agora e ai o que acontece o prefeito senta com eles como agente está sentado aqui e o prefeito da à palavra a cada um dos conselheiros o conselheiro pega e diz prefeito aqui em cajazeiras pra mim ta ruim é isso... na frente de todos os secretario então ele falou prefeito o que ta ruim aqui é a limpeza o presidente da LIMPURB esta atrás qual é o problema prefeito a coleta aqui é assim... mais não ta dando resultado estão reclamando mais alguém tem reclamação da LIMPURB a pessoa levanta a mão prefeito tenho essa e essa ... o prefeito fala quero em 24h reúna o pessoal vá em loco veja e me de a solução ai o nosso pessoal panha (pega) e da o feedback ao prefeito aquilo foi resolvido.

Então é muito interessante que as pessoas tem a oportunidade de falar frente a frente com o prefeito sem filtro nenhum ai é muito interessante que as pessoas diz prefeito esse local que ele esta falando ai nós já trocamos a lâmpada ai o morador diz não eu moro de frente não trocaram a lâmpada o prefeito então hoje de noite você vai la conferir e vai trocar hoje então toma as decisões ali muito rápidas e muitas vezes a população da um fato novo que faz o prefeito aperfeiçoar uma ideia há isso agente já fez, já fez mais não esta dando certo vamos refazer.

É um governo de proximidade onde o gabinete do prefeito através das (PB) esta perto da população mais onde o prefeito também vai e despacha na região, visita a região, almoça na região e passa o dia na região. É um projeto que agente percebe que está crescendo porque agente acompanha ele pelos números de atendimento se observar no ano de 2014 foi quando agente lançou as (PB) nós atendemos 112 mil atendimentos em 2015 nós já fizemos 558 mil atendimentos esse ano de 2016 de janeiro e fevereiro agente já fez 172 mil atendimentos então agente pode chegar tranquilamente a um milhão de atendimentos com um detalhe agente tem o acumulado dos anos.

Até fevereiro foram 844 mil atendimentos mais com um detalhe extremamente importante com 284 mil pessoas diferentes CPF diferentes que as vezes você vai recarregar o Salvador Card de 15 em 15 dias ou uma vez no mês atendeu mais de uma vez agente tem esse controle então nós temos 284 mil CPF cadastrado isso pra gente também é um indicador importante por que a população esta indo e ta retornando então ela acredita que lá está acontecendo.

Bom com isso aos poucos os outros órgãos da prefeitura se concentra mais em realizar do que em atender ao público por que transfere o atendimento ao público para as (PB) então daqui a uns anos a população não vai mais pra SEFAZ por que esse atendimento será feito nas (PB). Na SEFAZ você chega eles são especialistas naquilo mais eles não são especialistas em atendimento ao público especialidade de atendimento ao público é (PB) a ideia é essa você tem um problema com a SUCOM não precisa ir ao centro da cidade para dá entrada num documento a pessoa dá entrada na (PB) você esta em cajazeiras precisa fazer um cadastramento da SEFAZ cadastramento imobiliário não vai precisar sair de cajazeiras pegar uma condução

pra ir no centro da cidade em cajazeiras mesmo a ideia é essa descentralizar os serviços e também atender a população fala de uns de um material.

Todas as PB já estão instaladas?

Nós temos sete hoje com as sete em pleno funcionamento (diz quais são as sete) a da Liberdade esta pronta para ser inaugurada falta marcar a data 100% mobiliada a Barra/Pituba fica pronta no final do mês de março e a da Valeria fica pronta em abril prever se que no final de abril todas as 10 já esteja em funcionamento com todas em funcionamento espera-se fazer mais de mil atendimento por mês isso faz com que se tenha um atendimento em media de 600, 700 a 800 pessoas.

Que dá uma certa dor de cabeça por que o SAC hoje atende por hora marcada mas no inicio não. Agente ainda esta implantando o sistema de hora marcada hoje atende com demanda espontânea a pessoa chega lá é atendida, porém se chegar em um horário ruim o sistema dirá que não tem mais senha pra hoje. Mas agente vai migrar também pra o agendamento pra evitar filas e pra que a pessoa realmente seja atendida com conforto porque todas as unidades tem ar condicionado, poltronas, agente tem sanitários pra deficientes, rampa de acesso, elevador, cadeira de rodas. Agente quer que as pessoas cheguem seja atendida com conforto e comodidade. Como agora os atendimentos estão sendo muitos, está começando a perder essa diferença (qualidade) então vai migrar para o atendimento o problema é que não se pensava que tanta gente fosse utilizar as (PB) porque esse projeto não foi tão divulgado, não tem material na internet, não tem divulgação em rádio e as unidades ficam cheias só na informação boca a boca.

A ideia do prefeito é em num próximo mandato as (PB) já fossem migradas pra o agendamento só que percebe-se que o projeto pegou, só pra se ter uma ideia as máquinas do Salvador card tive que ser colocada mais uma por conta do grande número de atendimento o que acontece é gente de mais Salvador é quente os funcionários não estão dando conta, as vezes falta água nos bairros tem um problema que serve água gelada a água não gela direito.

Então na virada na próxima oportunidade os atendimentos serão feitos com hora marcada vão ligar para o 156 e dizer por qual serviço procura e qual unidade será atendida para tentar manter a qualidade. Outro serviço que será implantado é um

sistema de nota para a (PB). As PB já foi testadas em uma pesquisa de opinião mais é esse sistema que vai facilitar, servira também para saber como esta o atendimento do servidor com o cidadão por que se uma pessoa for atendida mal a sua insatisfação pode contaminar o ambiente e isso acaba não sendo muito bom.

A visão do senhor para a melhoria da cidade de Salvador?

Tem impacto no trânsito, pois a pessoa não vai, mas precisar sair do seu bairro para ir até o centro da cidade para resolver um problema, ela pode se dirigir a (PB) da sua localidade. E tem um impacto nas lideranças comunitárias com relação ao zelo pela cidade, pois antes eles não tinha com quem reclamar com um pensamento de que não iria reclamar porque ninguém resolve mesmo mais agora ele pode ir diretamente em uma (PB) e demonstrar a sua insatisfação.

Anexo A – Balanço dos atendimentos feitos nas Prefeituras-Bairro implantadas

Prefeitura
Bairro



PREFEITURAS-BAIRRO - MANIFESTAÇÕES CADASTRADAS

ANO DE 2014

UNIDADE / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO	META
PB I - CENTRO/BROTAS		220	630	817	1.382	823	1.602	2.361	3.245	2.711	3.668	4.615	22.074	24.000
PB II - SUBÚRBIO/ILHAS								127	6.168	6.518	4.535	2.550	19.898	30.000
PB III - CAJAZEIRAS						796	1.635	2.620	5.028	4.532	3.752	3.705	22.068	24.000
PB IV - ITAPUÃ				1.632	2.239	1.552	2.352	3.337	5.381	4.986	4.348	2.898	28.725	30.000
PB V - CIDADE BAIXA							986	2.737	5.030	4.664	3.966	2.376	19.759	18.000
PB VI - BARRA/PITUBA													40	18.000
PB VII - LIBERDADE/S. CAETANO													0	18.000
PB VIII - CABULA/T. NEVES													97	18.000
PB IX - PAU DA LIMA													0	18.000
PB X - VALÉRIA													0	9.000
TOTAL	0	220	630	2.449	3.621	3.171	6.575	11.182	24.852	23.411	20.269	16.144	112.661	207.000

Datas de inaugurações das Prefeituras-Bairro:

PB Centro - 12/02/14

PB Cajazeiras - 24/05/14

PB Subúrbio - 28/08/14

PB Itapuã - 22/03/14

PB Cidade Baixa - 07/06/2014

Dados atualizados dia 02 de Março de 2016 pelo BI

PREFEITURAS-BAIRRO - MANIFESTAÇÕES CADASTRADAS

ANO DE 2015

UNIDADE / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO	META
PB I - CENTRO/BROTAS	5.245	4.187	8.135	6.450	7.626	5.948	9.016	9.741	9.974	8.555	9.841	6.380	91.098	30.000
PB II - SUBÚRBIO/ILHAS	5.938	3.606	8.736	4.929	7.494	5.687	8.106	9.485	11.171	11.879	12.229	5.820	95.080	36.000
PB III - CAJAZEIRAS	5.702	3.992	8.320	5.695	6.704	5.602	7.175	8.769	8.824	7.826	8.445	6.363	83.417	30.000
PB IV - ITAPUÃ	4.968	2.949	7.140	5.497	6.778	5.295	7.054	6.763	7.077	6.584	7.674	5.064	72.843	36.000
PB V - CIDADE BAIXA	5.062	4.075	7.236	4.089	4.848	3.307	6.633	9.394	8.593	7.008	8.072	4.681	72.998	24.000
PB VI - BARRA/PITUBA													328	24.000
PB VII - LIBERDADE/S. CAETANO													3	30.000
PB VIII - CABULA/T. NEVES	1.805	2.211	6.244	4.483	5.668	5.557	7.389	8.930	7.594	5.895	7.473	5.586	68.835	30.000
PB IX - PAU DA LIMA			4.528	4.369	5.993	5.867	8.113	9.330	8.903	10.078	10.273	6.829	74.283	24.000
PB X - VALÉRIA													0	12.000
TOTAL	28.720	21.020	50.339	35.512	45.111	37.263	53.486	62.412	62.136	57.825	64.007	40.723	558.885	276.000

Datas de inaugurações das Prefeituras-Bairro:

PB Centro - 12/02/14	PB Cajazeiras - 24/05/14	PB Subúrbio - 28/08/14	PB Pau da Lima - 28/02/2015
PB Itapuã - 22/03/14	PB Cidade Baixa - 07/06/14	PB Cabula - 19/12/14	

Dados atualizados em 02 de Março de 2016

Prefeitura
Bairro



PREFEITURAS-BAIRRO - TOTAL

ANO DE 2016

Rótulos de Linha	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO	META
PB I - CENTRO/BROTAS	8.997	8.377											17.374	36.000
PB II - SUBÚRBIO/ILHAS	15.031	15.713											30.744	42.000
PB III - CAJAZEIRAS	14.885	12.190											27.075	42.000
PB IV - ITAPUÃ	10.798	11.360											22.158	42.000
PB V - CIDADE BAIXA	10.214	12.266											22.480	36.000
PB V - BARRA/PITUBA	32	26											58	30.000
PB VII - LIBERDADE/S. CAETANO	0	0											0	42.000
PB VIII - CABULA/T. NEVES	11.956	11.850											23.806	42.000
PB IX - PAU DA LIMA	14.749	14.441											29.190	30.000
PB X - VALÉRIA	0	0											0	18.000
Total Geral	86.662	86.223											172.885	360.000

Datas de inaugurações das Prefeituras-Bairro:

PB Centro - 12/02/14	PB Cajazeiras - 24/05/14	PB Subúrbio - 28/08/14	PB Pau da Lima - 28/02/15	PB Barra - XX/XX/16
PB Itapuã - 22/03/14	PB Cidade Baixa - 07/06/14	PB Cabula - 19/12/14	PB Liberdade - XX/XX/16	PB Valéria - XX/XX/16

Dados atualizados em 01 de março de 2016 às 14h31

LOCAL	2014		2015		2016		TOTAL	
	Quantidade de diferentes pessoas atendidas	Quantidade de manifestações cadastradas	Quantidade de diferentes pessoas atendidas	Quantidade de manifestações cadastradas	Quantidade de diferentes pessoas atendidas	Quantidade de manifestações cadastradas	Quantidade de diferentes pessoas atendidas	Quantidade de manifestações cadastradas
PB Centro	10.635	22.074	30.212	91.098	7.872	17.374	48.719	130.546
PB Subúrbio	10.446	19.898	28.077	95.080	9.305	30.744	47.828	145.722
PB Cajazeiras	10.376	22.068	25.013	83.417	8.350	27.075	43.739	132.560
PB Cidade Baixa	8.645	19.759	21.034	72.998	6.091	22.158	35.770	114.915
PB Itapuã	14.461	28.725	27.311	72.843	8.043	22.480	49.815	124.048
PB Barra	2	40	2	328	1	58	5	426
PB Cabula	94	97	21.325	68.835	6.990	23.806	28.409	92.738
PB Liberdade	0	0	3	3	2	0	5	3
PB Pau da Lima	0	0	21.801	74.283	8.032	29.190	29.833	103.473
PB Valéria	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	54.659	112.661	174.778	558.885	54.686	172.885	284.123	844.431